



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020**

Processo (eletrônico) nº: 23343.003591.2020-43

Torna-se público que a INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – UASG: 158137, na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, para REGISTRO DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA, pelo modo de disputa ABERTO E FECHADO, cujo critério de julgamento será o de MENOR PREÇO, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio são aqueles designados pela Portaria nº 1.136/2020. O procedimento licitatório obedecerá aos seguintes diplomas normativos: Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 10.024/2019; Decreto nº 7.892/2013; Lei nº 8.666/93; Lei nº 8.078/90; IN SEGES/MPDG nº 05/2017; LC nº 123/2006; Decreto nº 8.538/2015; Decreto nº 9.507/2018; Decreto nº 7.746/2012; IN SLTI/MPOG nº 01/2010; IN SEGES/MPDG nº 03/2018; IN nº 01/2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, bem como à legislação correlata, embora não citada, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos bem como à legislação correlata, embora não citada, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

**Cadastro da Proposta:** Desde a data de divulgação do Edital, no Comprasnet, até a data e horário de abertura da sessão pública

**Data da sessão pública:** 1º/02/2021

**Horário da sessão pública:** 10:00 h

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pousa Alegre, CEP 37.553-465, Pousa Alegre/MG  
Fone: (35) 3449-6150 – e-mail: [licitacao@ifsuldeminas.edu.br](mailto:licitacao@ifsuldeminas.edu.br)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

**Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1 DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de subscrição de plataforma online, do tipo SELF SERVICE, para viabilizar a execução dos processos seletivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, com fornecimento de questões e de temas para redação, conforme o tipo de prova escolhido, dentre os tipos possíveis definidos neste documento, aplicação de provas, redações e dissertações por meios tecnológicos, correção das provas e redações, independente de local de aplicação, em qualquer dia e horário e sem restrição geográfica para participação de candidatos aos processos seletivos.

1.2 Os itens estão AGRUPADOS, em função da interdependência entre todos.

1.2.1 O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por grupo**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.2.2 O modo de disputa será o **“aberto e fechado”**.

1.2.3 A presente contratação adotará o regime de execução indireta, sob a modalidade de **empreitada por preço global**.

1.2.4 A proposta terá validade de **90 (noventa) dias**.

**2 DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, são as que constam no Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

**3 DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

- 4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8 instituições sem fins lucrativos (§ único do art. 12 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017)
- 4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, que seja



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

familiar de:

- 4.3.1 detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- 4.3.2 de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.3 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
    - 4.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, CEP 37.553-465, Pouso Alegre/MG  
Fone: (35) 3449-6150 – e-mail: [licitacao@ifsuldeminas.edu.br](mailto:licitacao@ifsuldeminas.edu.br)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação
- 5.1.1 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema
- 5.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

público após o encerramento do envio de lances.

**6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor global de sua proposta;

6.1.2 Valor global do grupo.

6.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2 O licitante deverá preencher o Anexo IV – Modelo de Proposta, anexo deste Edital, anexando-o, assinado.

6.2.1 Para assinatura do Anexo IV – Modelo de Proposta poderá ser utilizada a certificação digital (e-CPF do representante legal ou e-CNPJ da empresa) no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.4.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

6.4.2 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos seus encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.2.1 cotação de percentual menor do que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2.2 cotação de percentual maior do que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.4.3 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

6.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas, pela Administração e por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do grupo, para o período de 12 (doze) meses.
- 7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

#### **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

##### **REITORIA**

Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14.1 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com este subitem deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;

7.14.2 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

- 7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.20.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.21.1.1 prestados por empresas brasileiras;

7.21.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

#### **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

##### **REITORIA**

7.22 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 150 (cento e cinquenta) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.2.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

- 8.2.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.2.2 conter vício insanável ou ilegalidade;
- 8.2.3 não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.2.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
  - 8.2.4.1 Para tal finalidade, o valor global da proposta deverá ser inferior ao valor de referência para aplicação do desconto, ou seja, a proposta não deve ter percentual de desconto igual a zero.
- 8.3 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 8.3.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
  - 8.3.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custos que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, quando for o caso.
- 8.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.5.1 O licitante que apresentar proposta nas condições desta cláusula para a prestação de serviços deverá demonstrar a exequibilidade de sua proposta, mediante exibição de documentos (ou contratos em execução, ou balanço patrimonial do último exercício social, exigível, na forma da lei, ou equivalentes) que façam prova da existência dos recursos que serão utilizados, ao longo da vigência do contrato, para custeio da diferença de preços favorável ao contratante;

8.5.1.1 Para tanto, o pregoeiro, antes da aceitação da proposta sob análise, deverá solicitar, pelo anexo do sistema, que o licitante remeta, em período não inferior a 150 (cento e cinquenta) minutos, documentos comprobatórios de que detém condições de suportar o custo sem que haja o comprometimento da exequibilidade da proposta;

8.5.2 Considerar-se-á exequível a proposta, se o valor do patrimônio líquido do licitante for superior a 10% (dez por cento) do valor mensal estimado da licitação;

8.5.2.1 Em tal caso, deverá o licitante remeter, pelo anexo do Comprasnet, quando solicitado, cópia do seu balanço patrimonial do último exercício social, exigível, na forma da lei.

8.6 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 150 (cento e cinquenta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se, quando for o caso, as planilhas de composição de custos e formação de preços, bem como o modelo de proposta, readequados com o valor final ofertado.

8.8 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.9 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.9.1 Erros no preenchimento de planilhas, quando for o caso, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

- 8.9.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando for o caso.
- 8.9.3 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, quanto ao preço ou a quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 8.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.12 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

#### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

##### REITORIA

### 9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Níveis I, II, III, IV e VI), sendo que as certidões com restrições podem ser supridas pelo envio da documentação correspondente durante a sessão pública (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf>);
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

desclassificação.

9.1.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.4 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.4.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.4.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 150 (cento e cinquenta) minutos, sob pena de inabilitação.

9.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.10.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

9.10.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

- 9.10.1.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.10.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.10.1.5 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.10.1.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.10.2 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
- 9.10.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.10.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.10.2.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- 9.10.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

certidão positiva com efeitos de negativa.

9.10.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.10.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.10.2.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.10.3 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.3.1 Certidão negativa de falência, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação.

9.10.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados forma da legislação, via de regra, devidamente registrado na Junta Comercial a que se submete a empresa de acordo com a Instrução Normativa nº 03/2018 da SEGES/MPDG (SICAF) ou a Escrituração Contábil Digital (ECD) na forma da Instrução Normativa RFB nº 1774, de 22 de dezembro de 2017. O balanço deve comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

9.10.3.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.3.4 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/ estatuto social.

9.10.3.5 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

9.10.3.6 A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta *online*, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.3.7 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

**9.10.4 Relativos à Qualificação Técnica:**

9.10.4.1 A qualificação técnica se dará em conformidade com o que consta no Anexo I – Termo de Referência.

9.11 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

#### **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

##### **REITORIA**

porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

#### **10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 150 (cento e cinquenta) minutos, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2 conter o valor global da proposta, considerando somente 2 casas decimais, que deverão, se for o caso, ser arredondadas para o número maior subsequente, ajustado ao lance vencedor;

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**11 DOS RECURSOS**

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

#### **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

##### **REITORIA**

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **14 DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

14.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

14.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

do certame em relação ao licitante melhor classificado.

14.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

14.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

**15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

15.1.1 A Ata de Registro de Preços será, via de regra, enviada ao e-mail do fornecedor, constante no cadastro do SICAF, cabendo ao licitante manter seus dados atualizados, para que este a assine e encaminhe-a para o endereço do órgão gerenciador no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

15.1.1.1 O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

15.1.1.2 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo sócio e/ou



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

#### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

##### REITORIA

proprietário e/ou representante legal da empresa que comprove sua condição.

15.1.1.3 Para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada a certificação digital (e-CPF do representante legal ou e-CNPJ da empresa) no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

15.1.2 A Ata de Registro de Preços também poderá ser assinada na sede do órgão gerenciador, ocasião em que o representante legal da empresa deverá comprovar sua condição, comparecendo em até 05 (cinco) dias úteis, perante servidor público efetivo.

15.1.2.1 O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

15.2 A Ata de Registro de Preços digitalmente assinada será enviada por e-mail para os fornecedores detentores de preços registrados, porém ficará disponível para download no Portal do IFSULDEMINAS < <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes> >, podendo o licitante realizar o *download* do Portal.

15.3 Todas as Atas de Registro de Preços, após assinadas pelas partes, incluídas no sistema SIASG e publicadas no Diário Oficial da União, serão disponibilizadas no site institucional do IFSULDEMINAS ([www.ifsuldeminas.edu.br](http://www.ifsuldeminas.edu.br)).

15.4 A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

## 16 DO TERMO DE CONTRATO

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2 . O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 Para assinatura do termo de contrato, também poderá ser utilizada a certificação digital (e-CPF do representante legal ou e-CNPJ da empresa) no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

16.2.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.2.3 O prazo previsto nos subitens anteriores poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3 As demais condições para assinatura do termo de contrato e as pertinentes à execução contratual são as constantes no Anexo III – Minuta de Contrato.

16.4 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, conforme Anexo III – Minuta de Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei 8.666/1993.

16.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

2002, consulta prévia ao CADIN.

16.6 No ato de assinatura do termo de contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.6.1 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

**17 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

17.1 A gestão contratual se dará em conformidade com o que consta no Anexo I – Termo de Referência.

**18 DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

18.1 A execução contratual se dará em conformidade com o que consta no Anexo I – Termo de Referência.

**19 DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

19.2 Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

#### **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

##### **REITORIA**

por ato unilateral da contratante, serão formalmente motivados, asseguradas, à contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

19.3 O descumprimento das obrigações contratuais ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada poderá ensejar à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a contratada não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

19.4 A Administração concederá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a contratada regularize suas obrigações contratuais ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

## **20 DO PAGAMENTO**

20.1 O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, após a data do recebimento definitivo atestado na nota fiscal e encaminhado ao setor financeiro.

20.1.1 Caso a parcela não atingir o valor determinado na legislação, o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93: "Observados o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.”

20.2 Os pagamentos se darão em conformidade com o cronograma físico-financeiro constante no Anexo I – Termo de Referência.

20.3 O pagamento somente será efetuado após a posição do “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

20.3.1 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

20.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

20.4.1 Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta *online* ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

20.6 Constatando-se junto ao SICAF a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência *via e-mail* para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período a critério da contratante.

20.6.1 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o órgão deverá adotar as medidas necessárias nos autos do processo administrativo correspondente, assegurados a ampla defesa e o contraditório.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

#### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

##### REITORIA

20.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e da Lei nº 9.430, de 1996.

20.7.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

20.7.1.1 O pagamento, entretanto, ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.8 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

20.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.10 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

20.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, CEP 37.553-465, Pouso Alegre/MG  
Fone: (35) 3449-6150 – e-mail: [licitacao@ifsuldeminas.edu.br](mailto:licitacao@ifsuldeminas.edu.br)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(6 / 100)
	365

**21 DA RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDOS**

21.1 Na hipótese de a CONTRATADA receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente, na data do recebimento do valor indevido, e atualizado pelo índice IGP/M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, "*pro rata temporis*", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

21.2 A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

21.2.1 Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à CONTRATADA manifestar-se sobre o pagamento superior apurado pelo CONTRATANTE.

21.3 Na hipótese de inexistirem pagamentos a ser efetuados, a CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA para que recolha, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado, a quantia paga indevidamente, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchida e impressa no site do Tesouro Nacional ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

21.4 Efetuado o recolhimento de que trata o subitem 21.3, a CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE o respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

21.5 Caso o índice estabelecido no subitem 21.1 não possa mais servir aos fins a que se propõe, ficam, desde já, acertadas as partes em avençar outro para substituí-lo.

**22 RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

22.1 É o constante no Anexo I – Termo de Referência.

**23 OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

23.1 São as constantes no Anexo I – Termo de Referência.

**24 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1 São as constantes no Anexo I – Termo de Referência.

**25 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

25.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**26 MEDIDAS ACAUTELADORAS**

26.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

**27 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

27.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica pelo e-mail [licitacao@ifsuldeminas.edu.br](mailto:licitacao@ifsuldeminas.edu.br), ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.

27.1.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

27.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

27.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail: [licitacao@ifsuldeminas.edu.br](mailto:licitacao@ifsuldeminas.edu.br).

27.2.1 O pedido de esclarecimentos será respondido em até 02 (dois) dias úteis.

27.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

27.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

27.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração

**28 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

- 28.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 28.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 28.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.
- 28.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 28.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 28.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 28.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 28.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 28.8.1 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 28.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

28.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

28.11 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço: Av. Vicente Simões, n.º 1.111 – Nova Pouso Alegre – CEP: 37.553-465 – Pouso Alegre/MG, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 11:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.

28.11.1 O processo tramita exclusivamente em meio eletrônico; por isso, esta cláusula estará atendida desde que o pretendente, se assim for de sua conveniência, requeira cópia digital do processo, que lhe será remetida na íntegra.

28.11.1.1 Neste caso, a sua solicitação será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas.

28.11.2 O Edital também está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.ifsuldeminas.edu.br](http://www.ifsuldeminas.edu.br).

28.12 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes nos seguintes diplomas legais: Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 10.024/2019; Decreto nº 7.892/2013; Lei nº 8.666/93; Lei nº 8.078/90; IN SEGES/MPDG nº 05/2017; LC nº 123/2006; Decreto nº 8.538/2015; Decreto nº 9.507/2018; da Lei nº 12.305/2010; Decreto nº 7.746/2012; IN SLTI/MPOG nº 01/2010.

28.13 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Pouso Alegre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

28.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

28.14.1 ANEXO I – Termo de Referência;

28.14.1.1 Anexo I do Termo de Referência – Estudos Técnicos Preliminares.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

28.14.2 ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços.

28.14.3 ANEXO III – Minuta de Contrato.

28.14.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta.

28.14.5 ANEXO V – Contrato de Processamento de dados.

Pouso Alegre-MG, 18 de janeiro de 2021

João Carlos Ferreira

Coordenador-Geral de Contratações Públicas (Substituto)

Marcelo Bregagnoli

Reitor



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS  
Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

TERMO Nº4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS

**TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC  
DEMANDA Nº 25 / 2020: SOLUÇÃO PARA PROCESSOS SELETIVOS ONLINE**

**HISTÓRICO DE REVISÕES**

Data	Versão	Descrição	Autor
28/10/2020	01	Versão Inicial para pesquisa de preços	Equipe de PCTIC
23/11/2020	02	Versão final após pesquisa de preços de mercado	Equipe de PCTIC
14/01/2021	03	Alterações em função de análise do setor de licitações	Equipe de PCTIC

**1 - OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de subscrição de plataforma online, do tipo SELF SERVICE, para viabilizar a execução dos processos seletivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, com fornecimento de questões e de temas para redação, conforme o tipo de prova escolhido, dentre os tipos possíveis definidos neste documento, aplicação de provas, redações e dissertações por meios tecnológicos, correção das provas e redações, independente de local de aplicação, em qualquer dia e horário e sem restrição geográfica para participação de candidatos aos processos seletivos.

**2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC E ESTIMATIVA DA DEMANDA**

Solução para viabilizar a execução dos processos seletivos do IFSULDEMINAS, com possibilidade de fornecimento de questões e de temas para redação, conforme o tipo de prova escolhido, dentre os tipos possíveis definidos neste documento, aplicação de provas, redações e dissertações por meios tecnológicos, correção das provas e redações, sem restrição geográfica para participação de candidatos aos processos seletivos. A solução deve incluir o processo de correção dos gabaritos de prova objetiva e de correção de redações, quando houver, além da disponibilização das notas para a Coordenadoria de Processo Seletivo ou Comissão Organizadora.

ID	Descrição	CATSER	Quantidade	Unidade
01	Subscrição de plataforma online para realização de processos seletivos	27260	25.000	Serviço
02	Treinamento	3840	20	Serviço

**3 - JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

**3.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

A pandemia do Covid-19 representou um enorme choque no setor educacional, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Milhões de alunos dos ensinos básico, fundamental e superior foram levados a aulas remotas em questão de semanas, mesmo em instituições que, até agora, ignoravam por completo qualquer tipo de inovação em seus modelos de ensino. Em poucos dias, gestores educacionais tiveram de adotar na prática o que muito se ensina a respeito de adaptabilidade e resiliência, alterando de maneira drástica seus negócios e suas relações com os corpos docente e discente (1 Reginaldo Nogueira, <https://www.infomoney.com.br/colunistas/um-brasil/os-impactos-da-covid-19-na-educacao/>, acessado em 04/08/2020). O mesmo se aplica para questões de olimpíadas e eventos científicos.

Além das alterações de cronograma, instituições de ensino superior se preocupam com a logística para a realização das próximas provas e já consideram algumas adequações, como aumento do número de locais, reforço na higienização, disponibilização de álcool gel e máscaras (2 <https://fdr.com.br/2020/06/05/como-a-pandemia-dono-coronavirus-afetou-o-cronograma-dos-vestibulares-no-brasil/>, acessado em 04/08/2020).

Várias instituições de ensino, privadas e públicas, estão reavaliando seus respectivos calendários de realização dos processos seletivos, bem como as necessidades de alterações na forma de aplicação das provas para que sejam compatíveis com as medidas de prevenção da COVID-19 recomendadas pelos órgãos de saúde aos níveis nacionais e internacionais (3 Adaptado de <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/universidades-publicas-do-parana-avaliam-situacao-de-vestibulares-2992331e.html>, acessado em 04/08/2020).

Diante da pandemia de COVID-19 e consequente orientação das autoridades de saúde para distanciamento social, como forma de prevenção eficaz e até que seja efetivo o desenvolvimento e disponibilização de vacina, a realização dos processos seletivos de

forma tradicional se tornou inviável, sendo necessário buscar soluções alternativas que os viabilize.

Além do exposto, há interesse institucional na modernização dos Processos Seletivos, inclusive com relação ao alcance de candidatos que estejam em localidades distantes dos campi do IFSULDEMINAS. A possibilidade de aplicação de provas em situação remota, utilizando-se dos recursos da tecnologia de informação facilita essa ação, uma vez que não exige a presencialidade do candidato no campus para realização do processo seletivo, além de agilizar os demais processos, inclusive no que diz respeito às correções de provas e apresentação de resultados.

### **3.2 - DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL**

A última versão do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, conforme consta no portal do IFSULDEMINAS, é de 2019 e, portanto, não havia como prever a situação de pandemia. Diante da necessidade urgente e extraordinária de ação que viabilize o ingresso dos estudantes nos cursos técnicos e superiores, e na impossibilidade de aplicação de prova nos moldes tradicionais, a gestão do IFSULDEMINAS, representada pelo dirigente máximo da instituição, com participação do Colégio de Dirigentes, deu o aval para que essa ação fosse incluída, em caráter de excepcionalidade, no PAC 2020 e 2021, permitindo que a contratação ocorra. A inclusão da demanda no PAC 2021 se deu de acordo com os ID de números 6007 até 6016.

Esta demanda também foi incluída no Plano Diretor de TIC 2021 - 2022, de acordo com ID 321 - Contratação da plataforma de provas online.

O planejamento para execução de processo seletivo consta no PDI, embora não com o formato solicitado, que se justifica pelo contexto atual e se relaciona claramente com a busca de melhorias no processo seletivo, também previsto no PDI.

### **3.3 - DOS RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

Esta contratação objetiva:

- Garantir a realização dos processos seletivos do IFSULDEMINAS 2021, considerando o cenário de pandemia;
- Garantir a realização de processos seletivos futuros, que demandem o uso de tecnologias de informação e possibilidade de avaliações em contexto remoto;
- Realização do processos seletivos que permitam a participação de candidatos que não estejam próximos da área de abrangência do IFSULDEMINAS;
- Propiciar a realização de olimpíadas, maratonas e demais eventos que demandem o uso de tecnologias de informação e possibilidade de avaliações em contexto remoto;
- Agilidade na realização dos processos seletivos, tanto na aplicação das avaliações quanto na correção e divulgação dos resultados.

### **3.4 - DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC**

Para esta contratação será adotado a adjudicação por preço global, com agrupamento dos itens, dada a inviabilidade comercial de adjudicação por item, não sendo possível dissociar a contratação da prestação do serviço do respectivo treinamento, abrindo possibilidade de contratação de mais de um potencial fornecedor da solução, entre fornecedores de soluções diferentes.

## **4. REQUISITOS DA SOLUÇÃO**

### **4.1 - REQUISITOS DE NEGÓCIO**

Solução para viabilizar a execução dos processos seletivos para admissão em cursos, programas, projetos, olimpíadas e maratonas do IFSULDEMINAS, com fornecimento de questões e de temas para redação conforme o tipo de prova escolhido, dentre os tipos possíveis definidos neste documento, aplicação de provas por meios tecnológicos, independente de local de aplicação. A solução deve incluir o processo de correção dos gabaritos de prova objetiva, questões dissertativa e de correção de redações, quando houver, além da disponibilização das notas para a contratante.

As questões fornecidas deverão ser inéditas no que tange à aplicação destas aos candidatos da contratante, ou seja, não poderão ter figurado em processos seletivos da contratante;

A aplicação de processos seletivos envolvem diversos aspectos tecnológicos relativos à elaboração de edital e prova, inscrições e respectivos pagamentos de taxas, se aplicável, aplicação de provas, elaboração de gabaritos, correções de provas e de redação, apuração da classificação dos candidatos, matrículas, bem como a entrega de documentos de cada candidato aprovado.

### **4.2 - REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO**

Os requisitos de capacitação são de acordo com as especificações do item 4.9.11 deste termo de referência.

### **4.3 - REQUISITOS LEGAIS**

Para esta contratação deverão ser observados os seguintes normativos legais:

- Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens,

contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

- Instrução Normativa da Secretaria do Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia (ME) nº 01, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC pelos órgãos e entidades do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;
- Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 372, de 13 de novembro de 2017, que institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP);
- Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais;
- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

#### **4.4 - REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE**

Os requisitos de manutenção e suporte são conforme especificado no item 4.9.1 deste termo de referência.

#### **4.5 - REQUISITOS TEMPORAIS E DE IMPLANTAÇÃO**

O consumo do serviço se dará sob demanda da contratada, através de emissão de ordem de prestação, a qualquer tempo e avisado com antecedência, durante a vigência do contrato. A prestação do treinamento se dará em até 15 dias após assinatura e publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União (DOU) precedido, também, de emissão de ordem de prestação.

#### **4.6 - REQUISITOS DE SEGURANÇA**

Os requisitos de segurança são conforme especificado no item 4.9.2 deste termo de referência. Adicionalmente, a contratada deverá assinar Contrato de Processamento de Dados conforme modelo do Anexo I deste documento.

#### **4.7 - REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS**

Quanto a critérios sociais, todos os profissionais da CONTRATADA que desempenharão as atividades em contato direto com a CONTRATANTE deverão cumprir os seguintes requisitos:

- Apresentar-se vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho físico ou virtual, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional da CONTRATANTE ou que ofenda o senso comum de moral e bons costumes;
- Cumprir as novas vigentes de controle sanitário para controle da pandemia;
- Respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;
- Atuar com urbanidade e cortesia.

A contratada deverá, também, observar o regramento da Instrução Normativa SLTI do MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

#### **4.8 - REQUISITOS DE GARANTIA**

A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos nos recursos e serviços de subscrição de plataforma digital para fins de processos seletivos.

#### **4.9 - DOS REQUISITOS DO SERVIÇO**

##### **4.9.1 - DA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TIC)**

A infraestrutura de TIC própria da contratada ou de terceiro, neste caso em nuvem, deve atender os seguintes requisitos:

- Deverá proporcionar aos usuários vazão, latência e disponibilidade compatíveis com as necessidades inerentes à realização da prova, em especial nos dias e horários de execução das provas;
- A contratada deverá assegurar disponibilidade mínima de 98.5% no intervalo de execução das provas, de acordo com o agendamento da contratante;
- A menos do hardware necessário para uso da solução de processos seletivos online (doravante denominada apenas por SOLUÇÃO), de responsabilidade da contratante e dos candidatos, a contratada deverá disponibilizar toda a infraestrutura para a operação da solução;
- A contratada deverá disponibilizar à contratante suporte técnico de segundo nível (quanto à infraestrutura de TIC) e operacional de segundo nível (quanto ao uso da solução) nos períodos de utilização da solução, por parte da contratante, em horário comercial (entre 08:00 e 18:00 horas) e com tempo de atendimento máximo de 24 horas. Nos dias de realização de processos seletivos, a contratada deverá prestar suporte de segundo nível em regime de plantão, desde 1 hora antes e 1 hora depois do horário de aplicação e com tempo de resposta imediato (máximo de 5 minutos). Caberá à contratante prestar suporte aos inscritos apenas quanto às demandas referentes ao processo seletivo, bem como ser intermediária entre os inscritos e a contratante para suporte quanto a problemas com a solução;
- Os inscritos nos processos seletivos não devem sofrer restrição de banda tanto para upstream quanto para downstream. A contratada deverá assegurar que o tráfego de dados entre os usuários do sistema e seus servidores se dê com a qualidade e capacidade adequados para a realização da prova durante todo o processo;
- Deve provisionar infraestrutura de TI suficiente para garantir que a velocidade de carregamento das páginas principais não exceda 5 segundos para 99% das requisições, sendo responsabilidade da contratada monitorar este indicador e responder imediatamente em caso de insuficiência;
- Deve possuir política de proteção de dados e garantir a entrega de todos os dados, a qualquer momento, à contratante;
- Quaisquer indisponibilidades da infraestrutura de TI deverão ser notificadas à Contratante;

- Indisponibilidades programadas deverão ser notificadas com, pelo menos, duas semanas de antecedência e não poderão ocorrer no dia de aplicação das provas do processo seletivo;
- Indisponibilidades emergenciais ou não programadas devem ser comunicadas à contratante imediatamente informando previsão de restabelecimento.

#### 4.9.2 - DA SEGURANÇA

A infraestrutura da contratada, própria ou de terceiro, e a solução de processos seletivos, olimpíadas e maratonas, online deverão atender os seguintes requisitos de segurança da informação:

- A infraestrutura de TI utilizada, própria da contratada ou de terceiro, deverá possuir certificação ISO-27001 - Segurança da Informação;
- Deverá estar em conformidade com os atos normativos descritos no item 4.3 e demais legislações aplicáveis;
- Toda a transmissão de dados em rede deve ser feita de forma criptografada entre as sessões clientes (contratante e inscritos nos processos seletivos) e a infraestrutura de TI da contratada;
- Permitir a configuração de permissões de acesso às informações para qualquer nível ou criticidade, conforme o perfil de cada usuário cadastrado no sistema pela contratante;
- Garantir controle total de uso, com total segurança contra violação dos dados ou acessos indevidos às informações, mediante uso de senhas e restrições por níveis de acesso por meio de usuários ou grupos;
- Em caso de eventual risco e se a contratante e/ou a contratada visualizarem potencial ocorrência de problema ou de ameaça, as equipes das partes deverão interagir imediatamente com objetivo de mitigar eventuais consequências negativas sobre todo o conjunto de infraestrutura e da solução, para manter a integridade das partes ou serviços prestados;
- A contratada deverá informar à contratante qualquer alteração, manutenção ou indisponibilidade nos mecanismos de Segurança da Informação no prazo máximo de 24 horas corridas;
- Todas as informações obtidas pela contratada, decorrentes da execução do contrato e uso da solução e serviços, deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar por seus representantes, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto de dados, informações, documentos, resultados e dados pessoais e institucionais, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados, conforme previsto no Decreto nº 7.845/2012, na Lei nº 13.709/2018 e demais legislações e normativas;
- A solução deve proporcionar níveis de segurança compatíveis com as normas vigentes e as boas práticas de mercado, em especial as exigências de proteção de dados pessoais;
- A solução deve incluir funcionalidades de segurança que busquem reduzir os riscos de fraude por parte de candidatos mal intencionados;
- A solução deve permitir a criação de histórico digital (log), para efeitos de auditorias e análise de eventuais recursos, desde o primeiro acesso da contratante, durante todo o tempo de realização das provas e até a finalização do uso por parte da contratante. A finalização do uso da solução se dará por comunicado formal da contratante à contratada;
- A solução deve permitir que toda transferência de dados / informações, seja de up ou download, deve ser protegida por mecanismo de criptografia;
- A solução deverá contar com recurso de monitoramento automatizado dos candidatos, por meio de vídeo, áudio, comportamento ou outros fatores que se façam necessários para mitigar potenciais fraudes;
- A solução deverá fornecer relatórios gerenciais para a CONTRATANTE, através de dashboard em sistema próprio ou solução similar, que permita à CONTRATANTE obter estatísticas em tempo real sobre a realização do processo;
- A solução da contratante deverá ser compatível com browser seguro de mercado e deve ser possível condicionar o acesso do candidato ao sistema de acordo com o seu browser;
- A ocorrência de eventuais incidentes de segurança que afetem ou possam afetar a contratante ou seus usuários, em qualquer abrangência ou severidade, deverá ser imediatamente comunicada à contratante;
- A solução deve garantir que os inscritos não tenham acesso a qualquer recurso computacional, a não ser ao browser seguro e os componentes da solução.

#### 4.9.3 - DA INTEGRAÇÃO

A solução da contratada deverá:

- Deverá suportar a integração ao nível de planilhas dos tipos “.csv ou .xls”, para upload de dados dos inscritos para os processos seletivos, bem como o download de toda a base de dados a ser gerada com utilização da plataforma pela contratada;
- Deverá suportar o upload de fotos dos candidatos aos processos seletivos com objetivo de permitir a autenticação e monitoramento;
- Deverá emitir relatórios para a CONTRATANTE, através de dashboard em sistema próprio ou solução similar, que permita à CONTRATANTE obter estatísticas;
- Deve permitir a criação de histórico digital (log), para efeitos de auditorias e análise de eventuais recursos, desde o primeiro acesso da contratante, durante todo o tempo de realização das provas e até a finalização do uso por parte da contratante. A finalização do uso da solução se dará por comunicado formal da contratante à contratada.

#### 4.9.4 - DA COMPATIBILIDADE

A solução de processos seletivos online hospedado em infraestrutura própria ou de terceiro deverá:

- Ser do tipo Multiplataforma, Multilíngua;
- Compatível com equipamentos da contratada e dos candidatos aos processos seletivos dos tipos desktops e/ou notebooks com sistemas operacionais Windows;
- Disponibilizar navegador (browser) do tipo travado, compatível com os equipamentos da contratante e dos candidatos aos processos seletivos com sistema operacionais WINDOWS. Trata-se de requisito de segurança para impedir o acesso a recursos não autorizados e que os candidatos naveguem na internet durante sua realização. Uma vez configurado, os candidatos devem ficar impossibilitados de acessar qualquer recurso do computador enquanto estiverem realizando a prova. Assim, quando a prova é iniciada, o navegador deve entrar em modo tela cheia – sem elementos de navegação – e não poderá ser fechado até a conclusão e entrega da mesma.

#### 4.9.5 - DA ACESSIBILIDADE

A solução da contratada deverá disponibilizar recursos para os inscritos nos processos seletivos, olimpíadas e maratonas e usuários da contratante que detenham alguma forma de impedimento de ordem pessoal, especialmente em conformidade com os incisos II, III e V do artigo 90 e artigo 30 da Lei nº 13.146/2015.

Também deverá:

- Estar em conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade normatizadas pelo W3C (consórcio que regulamenta os padrões para web);
- Ser compatível com o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) que é baseado no documento internacional WCAG (Web Content Accessibility Guidelines: Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web)

#### 4.9.6 - DO ALCANCE E CAPACIDADE

Quanto ao alcance e capacidade na prestação do serviço, a solução da contratada deve atender os seguintes requisitos:

- A solução deve ter capacidade de atender a realização de processos seletivos de mais de uma instituição ao mesmo tempo / mesmo dia com garantia de performance;
- A solução deve permitir a realização de processos seletivos em qualquer local e horário (sem restrição geográfica);
- A solução deve permitir número ilimitado de inscritos;
- A solução deve permitir configurações de processos seletivos online com:
  - Provas compostas de questões de múltipla escolha, subdivididas em áreas de conhecimentos;
  - Redação;
  - Questões dissertativas;
  - Associação de quaisquer dos tipos acima.
- A solução deve permitir que a contratante realize simultaneamente a aplicação de provas distintas e para processos seletivos distintos;
- A solução deve incluir funcionalidades de segurança que busquem reduzir os riscos de fraude por parte de candidatos mal intencionados.

#### 4.9.7 - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A solução da contratada deverá atender aos requisitos mínimos definidos a seguir:

- A solução deve ser do tipo SELF SERVICE com operação e uso exclusivo da contratante e sem acesso por parte da contratada;
- Deverá estar disponível para a contratante, full time, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com antecedência de 30 dias da data de realização das provas para preparação da plataforma;
- Após a realização da prova, a contratada deverá fornecer os resultados à contratante em até 7 dias corridos;
- A contratada deverá fornecer, em até 7 dias corridos, todos os registros relacionados à atividade do candidato durante a realização prova, inclusive aqueles utilizados para prevenção de fraude, tais como registros fotográficos e outros que porventura houver, para arquivamento na instituição;
- Os registros tratados no item anterior deverão ser mantidos disponíveis pela contratada pelo período mínimo de 6 meses após a realização da prova;
- A solução deve possuir URL própria, específica e exclusiva, para fins de processos seletivos online do IFSULDEMINAS. A URL deverá ser informada previamente para que possa constar dos editais dos processos seletivos;
- O acesso à URL da solução para administração da plataforma, por parte da contratada, e de realização dos processos seletivos, por parte dos candidatos deverá ser através de BROWSER SEGURO;
- A solução não pode ter conteúdo prévio na URL, até o primeiro acesso da contratante, e nem permitir acesso de pessoas que não autorizadas e cadastradas pela contratante, nem mesmo da contratada;
- A contratada deve disponibilizar profissionais qualificados para atuar como consultores técnicos e operacionais quanto ao uso da solução. A interação da contratante com o consultor deve se dar fora da plataforma utilizando telefone, e-mail, chat, entre outros;
- A equipe técnica (consultores técnicos e operacionais) da contratada deverá ficar responsável pela disponibilidade da solução, respondendo de forma imediata a eventuais incidentes ou anomalias. No dia de realização das provas a equipe técnica deve estar disponível em regime de plantão;
- A contratada deverá elaborar caderno de orientações para uso da plataforma pelos inscritos nos processos seletivos. Este caderno deve ser entregue previamente para que as informações pertinentes constem do edital do processo seletivo, olimpíada ou maratonas;
- A solução deve proporcionar experiência de usuário adequado a sua finalidade, disponibilizando instruções na plataforma, viabilizando que o candidato realize a prova de forma satisfatória;
- A solução deve permitir, ao menos, o cadastro dos seguintes perfis de acesso compatíveis com os seguintes papéis: gestores, administrativos, fiscais, avaliadores sem limite de quantidade para cada perfil;
- A solução deve permitir, por parte da contratante, o controle total da realização dos processos seletivos, para determinar o início e término, bem como o respectivo monitoramento;
- A solução deve permitir a entrada dos dados dos inscritos por meio de solução da CONTRATANTE, manual ou automaticamente através de web services ou, ainda, através de upload e download de planilhas de dados em arquivos com extensão “.csv ou .xls”;
- Deve permitir o cadastro de candidatos inscritos para realização do processo seletivo, através de upload de planilha no formato “.csv ou .xls” que conterá as seguintes informações cadastrais:
  - Nome do Candidato;
  - Número de Inscrição;
  - Nível do Processo Seletivo Pretendido;
  - Curso Pretendido;
  - Campus Pretendido;
  - Telefone do Candidato;
  - Endereço de e-mail do Candidato;
  - Foto Atual.
- Para maratonas e olimpíadas deve permitir o cadastro de candidatos, através de upload de planilha no formato “.csv ou xls.” que conterá as seguintes informações cadastrais:
  - Nome do Candidato;
  - Número de Inscrição;



- Instituição;
  - Curso;
  - Modalidade;
  - Ano/período do curso;
  - Telefone do Candidato;
  - Endereço de e-mail do Candidato;
  - Foto Atual.
- A solução deverá permitir estabelecer, automaticamente, o vínculo de cada candidato ao seu número de inscrição, ao processo seletivo e curso em que se inscreveu, bem como à prova, redação e dissertação correspondentes. O mesmo deverá ocorrer quando em olimpíadas e maratonas;
  - A solução deve permitir o upload de fotos dos candidatos, vinculando-as aos respectivos inscritos e de acordo com os dados cadastrais;
  - A solução deve autenticar o candidato com base nos dados fornecidos pela CONTRATANTE, a fim evitar fraudes de identificação;
  - A solução deverá permitir, para efeitos de realização dos processos seletivos, que a contratada defina os seguintes dados de login dos inscritos: nome completo, cadastro de pessoa física (CPF), número de inscrição, edital em está inscrito, Campus e curso;
  - Uma vez lançado os dados dos inscritos, a solução deverá enviar e-mail de forma automática ou a pedido, após comando/solicitação do gestor da contratada, informando cada inscrito, a respeito de data, hora de início e fim de realização da prova, assim como outras instruções pertinentes;
  - A solução deverá realizar, automaticamente através dos dados cadastrais e fotos, a autenticação dos inscritos como condição prévia para cada candidato iniciar a realização das provas;
  - A solução deve incluir, nos casos em que for solicitado, disponibilização de questões para serem utilizadas nas provas (banco de questões) separadas por disciplina, de acordo com os níveis de escolaridade (nível fundamental e médio) em consonância com os conteúdos programáticos definidos pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e também de temas e propostas para redação, de acordo com os níveis de ensino predefinidos pela contratante;
  - As questões fornecidas deverão ser inéditas no que tange à aplicação destas aos candidatos da contratante, ou seja, não poderão ter figurado em processos seletivos da contratante;
  - A solução deve permitir a correção automática das provas objetivas, fornecendo os resultados à CONTRATANTE em formato interoperável, a fim de permitir a importação no sistema de processos seletivos;
  - A solução deve permitir a correção das redações, fornecendo os resultados à CONTRATANTE em formato interoperável, a fim de permitir a importação no sistema de processos seletivos próprio da contratada;
  - A solução deve ofertar a análise, correção e procedimentos de revisão da correção de redações (em caso de recurso apresentado por candidato), quando estas forem aplicadas, de acordo com os critérios previamente definidos pela CONTRATANTE;
  - A correção das questões dissertativas será de responsabilidade da CONTRATANTE;
  - A CONTRATADA deverá fornecer o ambiente para correção das questões dissertativas pela CONTRATANTE, nos casos em que a correção destas ficar a cargo da CONTRATANTE;
  - A CONTRATADA deverá fornecer as questões da prova utilizando-se de Banco de Questões próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, serem utilizadas questões elaboradas pela própria CONTRATANTE. O mesmo se aplica quanto ao tema de redação;
  - A solução deverá permitir a execução de simulado de processo seletivo ou ambientação quanto às olimpíadas e maratonas, às véspera de sua aplicação.

#### 4.9.8 - DOS TIPOS DE PROCESSOS SELETIVOS E MÉTODOS DE APLICAÇÃO

Dado o universo de cursos ofertados pela Instituição e de demais processos seletivos específicos como, por exemplo, o da Olimpíada Brasileira de Agropecuária - OBAP, podem ser utilizados os tipos de avaliação a seguir. Essa relação de tipos de avaliação não é exaustiva e podem ser aplicados, inclusive, de forma combinada:

- TIPO 1: Processo seletivo composto por até 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo subdividido em até 5 áreas de conhecimento. A CONTRATADA deverá fornecer as questões da prova utilizando-se de Banco de Questões próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, serem utilizadas questões elaboradas pela própria CONTRATANTE;
- TIPO 2: Processo seletivo composto por até 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo subdividido em até 5 áreas de conhecimento, além de proposta de redação (correção das redações sob responsabilidade da contratada). A CONTRATADA deverá fornecer as questões de prova e tema para a proposta de redação utilizando-se de Banco de Questões próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, serem utilizadas questões e tema para proposta de redação elaboradas pela própria CONTRATANTE;
- TIPO 3: Processo seletivo composto por proposta de redação (correção das redações sob responsabilidade da contratada). A CONTRATADA deverá fornecer o tema para a proposta de redação utilizando-se de Banco de Temas próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, ser utilizado tema para proposta de redação elaborado pela própria CONTRATANTE;
- Tipo 4: Processo seletivo composto por até 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo subdividido em até 5 áreas de conhecimento, e até 5 questões dissertativas sobre temas específicos (correção das questões dissertativas sob responsabilidade da CONTRATANTE). A CONTRATADA deverá fornecer as questões de múltipla escolha utilizando-se de Banco de Questões próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, serem utilizadas questões elaboradas pela própria CONTRATANTE. As questões dissertativas sobre temas específicos serão fornecidas pela CONTRATANTE;
- Tipo 5: Processo seletivo realizado em fase única, composto por até 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo subdividida em áreas descritas conforme conteúdo programático, com questões de conhecimento prático, denominadas provas práticas. A CONTRATANTE fornecerá as questões de múltipla escolha bem como as questões de conhecimento prático, para compor o banco de dados próprio, de acordo com o conteúdo programático previsto no regulamento, para que seja realizado sorteios das questões.

No caso do fornecimento de questões provenientes do Banco de Questões da Contratada, nos tipos acima citados, uma vez utilizada(s) a(s) questão(ões) em determinado Processo Seletivo do IFSULDEMINAS, não será possível a sua reutilização em outros Processos realizados pela Contratante.

Havendo necessidade de realização de processos em formato diferente dos previstos, a contratada e a contratante poderão entrar em acordo sobre a viabilização do processo, nos termos contratados.

#### 4.9.9 - DA CORREÇÃO DE REDAÇÕES

A contratada deve providenciar as correções de redações observando:

- A contratada deve disponibilizar a folha de respostas das questões dissertativas e/ou redação aos corretores sem possibilidade de identificação dos candidatos;
- Informar dados dos profissionais que farão correção (nome, cpf, etc.) de modo que a contratante possa cadastrá-los e permitir o acesso às redações para efeitos de correção;
- A correção deve ser realizada por profissionais habilitados em Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa) e/ou com Pós-Graduação na Área de Língua Portuguesa;
- Realizar a CORREÇÃO DE REDAÇÃO nos seguintes critérios mínimos:
  - Domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa;
  - Compreensão da proposta de redação e aplicação dos conceitos de várias áreas do conhecimento para desenvolvimento do tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo;
  - Seleção, relação, organização e interpretação de fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
  - Utilização de mecanismos linguísticos necessários à construção do texto;
  - Apresentação de proposta de intervenção;
  - Análise de recursos por dois profissionais devidamente habilitados, diferentes do primeiro corretor;
  - A nota após recurso será média simples das notas atribuídas pelos revisores.

São duas situações quanto à correção das redações dos Processos Seletivos:

- 1ª Correção - realizada por apenas um avaliador, de acordo com os critérios pré-definidos. Esses critérios constam do processo, no documento que trata da contratação do serviço;
- 2ª Correção - se o candidato não concordar com a nota atribuída, pode apresentar recurso. Nesse caso, a redação é corrigida por dois outros avaliadores, diferentes do primeiro, e a nota atribuída será a média das notas atribuídas por esses revisores. Essa 2ª correção só ocorre quando houver apresentação de recurso.

#### 4.9.10 - DA APURAÇÃO DOS RESULTADOS

A contratada deve apurar os resultados das provas informando:

- Nota obtida pelo candidato nas questões de múltipla escolha, por área de conhecimento;
- Nota obtida pelo candidato na proposta de redação, quando houver aplicação desta;
- Nota obtida pelo candidato nas questões dissertativas corrigidas pela CONTRATANTE na plataforma da CONTRATADA;
- Nota obtida pelo candidato após recurso (tanto com relação às questões de múltipla escolha quanto na proposta de redação);
- Somatório das notas das notas obtidas.

#### 4.9.11 - DO TREINAMENTO

A contratada deverá prestar treinamento para os usuários da contratante, máximo de 20 usuários, para que possam estar aptos para utilização de todos os recursos da plataforma devendo observar:

- A prestação do treinamento deverá ser online e com utilização efetiva da solução;
- A prestação do treinamento deverá ser ofertada de maneira a atender os diferentes perfis de usuários, devendo ficar gravada para eventuais consultas;
- Informar previamente o programa de treinamento e o cronograma;
- Entregar previamente material didático;
- Entrega prévia de proposta de avaliação da prestação do serviço de treinamento que será submetido aos treinandos. O conteúdo da avaliação deverá ser elaborado de acordo com as boas práticas de mercado e com escala de avaliação de 0 (zero) a 10 (dez). A média das avaliações deve atingir a nota mínima de 5 pontos para fins de aceitação. Caso contrário deverá ser prestado novamente;
- O treinamento, em sua maior abrangência, deverá ser prestado, pela contratada, apenas uma vez, salvo o item acima deste caput. No caso de introdução de novos colaboradores para operar a solução, caberá à contratante prestar o treinamento necessário, devendo a contratada disponibilizar acesso à plataforma de testes.

#### 4.9.12 - DO CRONOGRAMA

A contratante poderá utilizar o serviço múltiplas vezes durante a vigência do contrato. Para efeitos de estimativa de utilização do serviço, deve ser considerada a demanda de quatro processos seletivos anuais, que poderão ser segmentados em etapas, a fim proporcionar melhor organização e operação bem como pelo menos a elaboração de duas olimpíadas anualmente.

Para cada processo ou conjunto de processos seletivos são previstos os seguintes eventos:

- Elaboração do edital, pela contratante;
- A contratada deverá informar, se possível, a URL para acesso, a constar do edital, bem como disponibilizar caderno de orientações para uso da plataforma pelos candidatos. Caso não se possa informar a URL para constar no edital, a contratada deverá fornecê-la em até cinco dias úteis antes da realização de provas, para que a contratante possa divulgar, em tempo, aos candidatos;
- Publicação do edital;
- Emissão de ordem de prestação do serviço;
- Disponibilização da solução de plataforma on line;
- Treinamento dos colaboradores que utilizarão a plataforma;
- Período de inscrições por meio de solução própria da contratante;
- Configuração da plataforma (cadastro de perfis, elaboração de provas, importação de dados e fotos dos inscritos, etc.);
- Aplicação de simulado;
- Aplicação de provas;
- Apuração do resultado;
- Fornecimento dos resultados e dos registros de atividade dos candidatos na plataforma.

#### 4.9.13 - DO CONTRATO

Para prestação do serviço, será celebrado, entre as partes, contrato administrativo com vigência de 12 meses, podendo ser renovado por iguais períodos sucessivos, até o limite de 60 meses e nos termos da Lei 8.666/1993, desde que haja autorização formal da

autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- O serviço tenha sido prestado regularmente;
- A Administração mantenha interesse na prestação do serviço;
- O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- A contratada manifeste expressamente interesse na renovação;
- A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

#### 4.9.14 - DA QUANTIDADE ESTIMADA

A quantidade estimada, tendo em consideração o histórico de realização de processos seletivos, de cursos técnicos integrado e subsequente, cursos superiores, pós-graduação lato e stricto sensu e a realização da Olimpíada Brasileira de Agropecuária, é de pelo menos 25 mil.

Não há obrigação por parte da contratante em consumir o serviço observando a quantidade total estimada de candidatos, sendo apenas uma quantidade máxima para eventual utilização e faturamento. A prestação do serviço se dará sob demanda da contratante devendo ser observado, para efeitos de faturamento, os tipos de processos seletivos e métodos de aplicação e quantidades indicados na tabela a seguir:

Modalidade	Quantidade máxima estimada
Tipo 01	4500
Tipo 02	4000
Tipo 03	1000
Tipo 04	500
Tipo 05	15.000

#### 4.9.15 - DO FATURAMENTO

O faturamento se dará de acordo com o segue:

- Treinamento: faturamento único;
- A prestação do serviço se dará sob demanda da contratada e incluirá o serviço de suporte técnico e operacional e todos os demais serviços associados e executados pela contratada;
- O faturamento, dar-se-á em função do número de inscritos na plataforma em dado processo seletivo ou olimpíadas e maratonas, independente do número de dias em que forem aplicadas as provas daquele processo seletivo, devendo ser considerado, para fins de faturamento, o número de inscritos na plataforma e o tipo de processo utilizado;
- A apuração dos valores devidos se dará de acordo com o número de inscritos na plataforma, de acordo com o tipo do processo, conforme definido no item 6.1.8, cujos valores estimados foram determinados em pesquisa de mercado;
- Não há obrigação por parte da contratante em consumir todo o quantitativo estimado ou todos os tipos previstos. Os tipos são para que a contratada possa apresentar a proposta de custo indicando o valor unitário para cada um deles.

### 5 - DAS RESPONSABILIDADES

#### 5.1 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/1993 e do edital, são obrigações da CONTRATANTE:

- Informar o cronograma de realização dos processos seletivos;
- Informar a relação de processos seletivos;
- Emitir ordem de prestação de serviço com 30 dias de antecedência contemplando todas informações sobre o processo, especialmente o tipo de prova e quantitativo de candidatos;
- Determinar tema de redação por curso, podendo, entretanto, utilizar proposta de redação da CONTRATADA;
- Determinar tempo de duração da prova;
- Estimar o número de candidatos ao processo seletivo e/ou olimpíadas e maratonas;
- Relação de inscritos que conterá as seguintes informações para os processos seletivos:
  - Nome do Candidato;
  - Número de Inscrição;
  - Nível do Processo Seletivo Pretendido;
  - Curso Pretendido;
  - Campus Pretendido;
  - Telefone do Candidato;
  - Endereço de e-mail do Candidato;
  - Foto Atual.
- Relação de inscritos que conterá as seguintes informações para olimpíadas e maratonas:
  - Nome do Candidato;
  - Número de Inscrição;
  - Instituição;
  - Curso;
  - Modalidade;
  - Ano/período do curso;
  - Telefone do Candidato;
  - Endereço de e-mail do Candidato;
  - Foto Atual.
- Informar banco de dados com informações dos inscritos em arquivo de extensão “.csv ou .xls”;
- Acompanhar a prestação do objeto e fiscalizar a boa prestação no fornecimento;

- Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir com a obrigação de fornecimento do objeto dentro das normas do contrato;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA;
- Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do Contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no DOU, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, contanto que isso ocorra dentro de 20 (vinte) dias, contados da referida assinatura;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no processo de contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização da prestação do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste documento;
- Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com os termos contratuais;
- Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário;
- Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

## 5.2 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/1993 e do edital, são obrigações da CONTRATADA:

- Deve disponibilizar profissionais qualificados para atuar como consultores técnicos e operacionais quanto ao uso da solução. A interação da contratante com o consultor deve se dar fora da plataforma utilizando telefone, e-mail, chat, entre outros;
- A equipe técnica (consultores técnicos e operacionais) da contratada deverá ficar responsável pela disponibilidade da solução, respondendo de forma imediata a eventuais incidentes ou anomalias. No dia de realização das provas a equipe técnica deve estar disponível em regime de plantão;
- A contratada deverá disponibilizar à contratante suporte técnico de segundo nível (quanto à infraestrutura de TIC) e operacional de segundo nível (quanto ao uso da solução) nos períodos de utilização da solução, por parte da contratante, em horário comercial (entre 08:00 e 18:00) e com tempo de atendimento máximo de 24 horas. Nos dias de realização de processos seletivos, a contratada deverá prestar suporte de segundo nível em regime de plantão, desde 1 hora antes e 1 hora depois do horário de aplicação e com tempo de resposta imediato (máximo de 5 minutos). Caberá à contratante prestar suporte aos inscritos apenas quanto às demandas referentes ao processo seletivo, bem como ser intermediária entre os inscritos e a contratante para suporte quanto a problemas com a solução;
- Quaisquer indisponibilidades da infraestrutura de TI deverão ser notificadas à Licitante;
- Deverá informar à contratante qualquer alteração, manutenção ou indisponibilidade nos mecanismos de Segurança da Informação no prazo máximo de 24 horas corridas;
- A solução deve permitir a criação de histórico digital (log), para efeitos de auditorias e análise de eventuais recursos, desde o primeiro acesso da contratante, durante todo o tempo de realização das provas e até a finalização do uso por parte da contratante. A finalização do uso da solução se dará por comunicado formal da contratante à contratada;
- A solução da contratada deverá disponibilizar recursos para os inscritos e usuários da contratante que detenham alguma forma de impedimento de ordem pessoal, especialmente em conformidade com os incisos II, III e V do artigo 90 e artigo 30 da Lei nº 13.146/2015;
- Deverá estar disponível para a contratante, full time, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com antecedência de 30 dias da data de realização das provas para preparação da plataforma;
- A contratada deverá elaborar caderno de orientações para uso da plataforma pelos inscritos. Este caderno deve ser entregue previamente para que as informações pertinentes possam constar em edital do processo seletivo, olimpíadas e maratonas;
- A CONTRATADA deverá fornecer as questões de múltipla escolha utilizando-se de Banco de Questões próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, serem utilizadas questões elaboradas pela própria CONTRATANTE. As questões dissertativas sobre temas específicos serão fornecidas pela CONTRATANTE;
- Entregar, a pedido da contratante, todos os dados registrados na solução, incluindo os gabaritos, registro do comportamento dos candidatos na plataforma, resultado da apuração e classificação do processo seletivo, redações corrigidas vinculadas às pessoas que as corrigiram, dentre outros;
- Entregar o objeto contratado obedecendo as especificações e as quantidades previstas neste documento;
- Prestar serviço de suporte técnico e operacional;
- Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Realizar, sob suas expensas, a entrega do objeto do Contrato, mediante solicitação do IFSULDEMINAS, nos prazos fixados, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento;
- Responder, em relação aos seus funcionários, que não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- Responder por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE;

- Acompanhar e orientar, no que couber, a prestação do serviço;
- Garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso como condição para a prestação dos serviços;
- Ministrar treinamento para os usuários da contratante.

### 5.3 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS

Sempre que aplicável o órgão gerenciador de registro de preços deverá observar as responsabilidades determinadas no Artigo 18 e inciso III da Instrução Normativa SLTI/MP 04/2014:

- Efetuar o registro do licitante e firmar a correspondente ata de registro de preços;
- Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- Aplicar penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
- Autorizar ou não o fornecimento do objeto para órgão não participante da ata de registro de preço, desde que prevista no instrumento convocatório, consultando o beneficiário da ata e verificando condições de fornecimento, de forma a evitar extrapolações dos limites de produtividade ou de capacidade mínima de fornecimento do objeto contratado;
- Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes;
- Definir mecanismos de controle de fornecimento do objeto contratado.

## 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### 6.1 - ROTINAS DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados de forma indireta por meio da CONTRATADA e mensurados os resultados pela CONTRATANTE.

Após a assinatura do Contrato, publicação do extrato do contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- Apresentação do gestor e fiscais do contrato com entrega da portaria de designação;
- Apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da Contratada e entrega da carta de apresentação do Preposto que deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa que deverá ser designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- Emissão da ordem de prestação de serviço para prestação do treinamento a qual deverá constar período de realização, data para entrega do programa de treinamento e do material didático;
- Entrega, por parte da contratada, do Contrato de Processamento de Dados (Anexo I) assinado pelo representante legal e preposto;
- Caberá à contratada, se disponível quando da reunião, informar sobre previsão de realização de processo seletivo, olimpíadas e maratonas;
- Para cada realização de processo seletivo deverá ser emitida ordem de prestação do serviço específica contendo todas as informações necessárias.

### 6.2 - QUANTIDADE MÍNIMA DE SERVIÇO

Não há previsão de quantidade mínima para consumo do serviço que ocorrerá sob demanda e de acordo com os requisitos especificados no item 4.9.14 deste termo de referência.

### 6.3 - MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

Os mecanismos formais desta contratação inclui e não se esgotam no que segue:

- Contrato;
- Ordens de prestação de serviço (nota de empenho) e notificação de entrega;
- Ofícios;
- E-mails;
- Registro de prestação de suporte técnico e operacional;
- Termos de recebimento, provisórios e definitivos.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 7.1 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Os critérios de aceitação do serviço de treinamento são:

- Entrega prévia do conteúdo programático;
- Entrega prévia do material didático;
- Realização do treinamento;
- Avaliação do treinamento;
- Obtenção de nota média geral de pelos 5 pontos;
- Quanto à prestação do serviço serão verificados, durante o treinamento, os requisitos funcionais determinados e especificados no item 4.9.

### 7.2 - PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

Durante o treinamento serão objeto de comprovação todos os requisitos funcionais determinados e especificados no item 4.9.

### 7.3 - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS EXIGIDOS

Para fins desta contratação considera-se Nível Mínimo de Serviços – NMS a definição em termos tangíveis e objetivamente

observáveis, dos níveis esperados de qualidade de prestação de serviço e as respectivas adequações de pagamento.

Os serviços contratados necessitam de objetivos e metas que possam auxiliar a contratante a aferir seus resultados de acordo com suas necessidades, definindo-se as responsabilidades e objetivos mensuráveis de forma que a contrapartida seja realizada em função do efetivamente executado.

Os termo do NMS prevê, ainda, com base em análises e relatórios o perfeito gerenciamento da prestação do objeto, com ferramentas capazes de monitorar e medir serviços, além de verificar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, de forma a subsidiar a contratante em decisões quanto à manutenção do objeto.

A implementação do NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS visa os seguintes benefícios:

- Estabelecer uma via de responsabilidade de mão dupla;
- Criar níveis de serviços padronizados;
- Documentar níveis de serviço;
- Definir critérios para a avaliação do serviço;
- Fornecer as ferramentas para fiscalização visando a melhoria da execução do serviço; e
- Padronizar métodos para comunicar as expectativas de execução do serviço.

INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA - IAE	
TÓPICO	DESCRIÇÃO
Finalidade	Disponibilidade da solução durante a realização de provas dos processos seletivos, olimpíadas e maratonas.
Meta a cumprir	Disponibilidade maior ou igual a 98,5% do tempo desde 1 hora antes e 1 hora após a realização de provas
Instrumento de medição	Monitoração automática a ser implementada pela contratante e interação com a contratada
Forma de acompanhamento	Monitoramento da disponibilidade da solução.
Periodicidade	Aplica-se a cada ordem de prestação do serviço, desde 1 hora antes e 1 horas após realização de provas.
Mecanismo de cálculo	Relação entre o tempo disponível no período pelo tempo total do período
Início da vigência	1 hora antes de realização de provas
Faixa de ajuste	Aplicação de desconto de 10% sobre o valor devido correspondente à ordem de prestação.

INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA - IAE	
TÓPICO	DESCRIÇÃO
Finalidade	Disponibilidade de suporte técnico e operacional
Meta a cumprir	Atendimento em no máximo 24 horas para chamados abertos nos dias de utilização da solução que não sejam de aplicação de prova
Instrumento de medição	Medição do tempo de resposta a partir de chamado aberto
Forma de acompanhamento	Monitoramento dos chamados abertos
Periodicidade	Para cada chamado aberto
Mecanismo de cálculo	Quantidade de horas entre a abertura do chamado e a indicação de solução efetiva para o problema reportado
Início da vigência	Conforme emissão de ordem de prestação do serviço
Faixa de ajuste	Aplicação de desconto de 0,1% sobre o valor devido correspondente à uma ordem de prestação.

INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA - IAE	
TÓPICO	DESCRIÇÃO
Finalidade	Disponibilidade de suporte técnico e operacional
Meta a cumprir	Atendimento imediato (no máximo 5 minutos) para chamados abertos nos dias de realização de provas
Instrumento de medição	Medição do tempo de resposta a partir de chamado aberto
Forma de acompanhamento	Para cada chamado aberto
Periodicidade	Para cada chamado aberto desde 1 hora antes e 1 hora após a realização

	de provas
Mecanismo de cálculo	Quantidade de minutos entre a abertura do chamado e a indicação de solução efetiva para o problema reportado
Início da vigência	Desde 1 hora antes de realização de provas
Faixa de ajuste	Aplicação de desconto de 5% sobre o valor devido correspondente à uma ordem de prestação.

INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA - IAE	
TÓPICO	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a prestação de treinamento conforme planejado
Meta a cumprir	Realização do treinamento no prazo
Instrumento de medição	Cronograma a ser informado pela contratada
Forma de acompanhamento	Conforme cronograma
Periodicidade	Uma única vez
Mecanismo de cálculo	Atraso no início e/ou finalização do treinamento ou ainda média de avaliação inferior a 5 pontos
Início da vigência	Conforme cronograma de treinamento
Faixa de ajuste	Desconto de 5% sobre o valor devido para o serviço de treinamento

#### 7.4 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste documento e demais cominações legais que:

- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/1993 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades abaixo observado, antes, os termos do acordo de nível de serviço do item 7.3.:

- Advertência;
- Multa de:
  - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de início da prestação do objeto, observados antes os termos e condições do nível mínimo de serviços;
  - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato por descumprimento total do contrato;
- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IFSULDEMINAS, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

As sanções serão aplicadas pela autoridade administrativa, assegurada a ampla defesa e podendo dar-se cumulativamente,

inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

As advertências serão aplicadas sempre que necessário ao fiel cumprimento contratual, desde que os fatos apresentados não tenham gerado prejuízo à Administração.

## 7.5 - DO PAGAMENTO

De acordo com os termos do edital de licitação.

### 8 - ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços da contratação elaborada de acordo com a Instrução Normativa SLTI do MP nº 5, de 27 de junho de 2014, e suas atualizações, observando-se, em especial, as disposições do seu art. 2º, é como segue:

	Descrição	Quant.	Valor unitário		Valor total									
1	Treinamento	20	1.100,00		22.000,00									
			Com fornecimento de questões objetivas e sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação		Sem fornecimento de questões objetivas e sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação		Com fornecimento de questões, com fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Com fornecimento de questões e sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Com fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação	
			Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total
2	Tipo 01 de processo seletivo	4.500	R\$ 15,50	R\$ 69.750,00	R\$ 12,75	R\$ 57.375,00								
3	Tipo 02 de processo seletivo	4.000					R\$ 21,00	R\$ 84.000,00	R\$ 20,05	R\$ 80.200,00				
4	Tipo 03 de processo seletivo	1.000									R\$ 18,00	R\$ 18.000,00	R\$ 12,00	R\$ 12.000,00
5	Tipo 04 de processo seletivo	500	R\$ 15,50	R\$ 7.750,00	R\$ 12,75	R\$ 6.375,00								
6	Tipo 05 de processo seletivo	15.000			R\$ 12,75	R\$ 191.250,00								
Valor total da soma dos tipos de processo seletivo				R\$ 77.500,00		R\$ 255.000,00		R\$ 84.000,00		R\$ 80.200,00		R\$ 18.000,00		R\$ 12.000,00
Total geral estimado com treinamento			548.700,00											

### 9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

Por se tratar de bens comuns, de acordo com a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, esta demanda será atendida pela licitação na modalidade pregão eletrônico e do tipo registro de preços. Nas licitações com sistema de registro de preços não é necessário a indicação de recursos orçamentários conforme § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892/2013 que estabelece:

§2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Nos termos da tabela acima, identifica-se que a solução possui custo de duas naturezas: fixo e variável. O custo fixo se refere à prestação do serviço de treinamento e está estimado em R\$ 22.000,00. Os custos variáveis se referem ao serviço de subscrição da plataforma digital para realização dos processos seletivos institucionais e estão estimados em R\$ 526.700,00.

Os empenhos serão emitidos sob demanda e conforme disponibilidade orçamentária. O cronograma de execução física e financeira apresenta uma estimativa de custo, conforme item 8 acima, e com provável contratação, por se tratar de registro de preço, em dois exercícios orçamentários, 2021 e 2022.

### 10 - DO CONTRATO

Para prestação do serviço, será celebrado, entre as partes, contrato administrativo com vigência de 12 meses, podendo ser renovado por iguais períodos sucessivos, até o limite de 60 meses e nos termos da Lei 8.666/1993.

### 11 - DO REAJUSTE

O reajuste, se aplicável nos termos da Lei de acordo com os requisitos do contrato, se dará de acordo com o Índice de Custo de Tecnologia da Informação - ICTI, apurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

### 12 - DA GARANTIA CONTRATUAL

Será exigida garantia contratual, nos termos da lei, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

### 13 - DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 13.1 - REGIME DE EXECUÇÃO

A prestação do objeto se dará, nos termos do inciso VIII do art. 6º da Lei nº 8.666/1993, pelo regime da execução indireta e sob a forma de empreitada por preço global.

#### 13.2 - DA DECLARAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

O serviço de subscrição de plataforma digital possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, do §1º do Art. 2º do Decreto 5.450/2005 e do §2º do Art. 3º do Decreto 3.555, de 8 de agosto de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 7.174/2010.



### 13.3 - TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A Modalidade da licitação será a de Pregão Eletrônico nos moldes da Lei nº 10.520/2002.

### 13.4 - DOS ASPECTOS TÉCNICOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O julgamento de cada proposta de fornecimento, após a fase de lance, será feita em função dos requisitos especificados no item 4.9 deste termo de referência, confrontados com as informações da proposta conforme requisitos do item 12.6.

### 13.5 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

Os requisitos para habilitação são:

- Comprovação de certificação ISO - 27001 (Segurança da Informação) da infraestrutura própria ou de terceiro;
- Programa de treinamento e o cronograma;
- Proposta de avaliação da prestação do serviço de treinamento que será submetido aos treinandos;
- Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
  - No mínimo 01 (um) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para o fornecimento da solução ofertada incluindo treinamento;
  - O atestado deverá informar os dados jurídicos das partes do contrato que deu origem ao atestado, data da contratação, data de disponibilidade da solução, quantidade da solução contratada e vigência do contrato.
- Após observados e comprovados os requisitos de habilitação determinados acima, será realizada prova de conceito para verificar a conformidade com os requisitos especificados no item 4.9 deste documento, incluindo a entrega de documentação pertinente à realização da prova de conceito como, por exemplo, manual de operação e:
  - Descrição das funcionalidades da solução ofertada;
  - Descrição detalhada da topologia e arquitetura da infraestrutura para suportar a solução ofertada, bancos de dados e backup da infraestrutura própria ou de terceiro;
  - Descrição detalhada da política de backup e restauração dos sistemas;
  - Descrição de como os serviços serão fornecidos aos usuários finais, como estimativas de velocidade de banda para upload e download por usuários, número máximo de conexões por usuário e tempo médio de carregamento das páginas para usuários no Brasil;
  - Descrição do serviço de suporte e monitoramento.
- Para a realização da prova de conceito, a contratada constituirá, formalmente, comissão própria composta por integrantes das áreas de Tecnologia da Informação e demandantes da contratação;
- A contratada deverá disponibilizar equipe técnica para acompanhar e prestar suporte técnico para realização da prova de conceito;
- A prova de conceito deverá ser realizada no prazo de dez dias úteis, podendo ser prorrogado por uma vez por igual prazo.

### 13.6 - DA PROPOSTA

A proposta comercial da licitante deverá:

- Ser de acordo com o modelo do Anexo IV do edital de licitação;
- Incluir entrega de prospectos / catálogos dos produtos ofertados preferencialmente em idioma português, que possibilitem a comprovação das especificações exigidas neste projeto. A falta dessa comprovação e a insuficiência dos prospectos / catálogos implicará na desclassificação;
- Deverão informar se fará subcontratação nos termos do item 13 a seguir relacionado os dados cadastrais da subcontratada (razão social, CNPJ, endereço completo, responsável, etc.).

### 13.7 - DO PRAZO DE ENTREGA

O consumo do serviço se dará sob demanda da contratada, através de emissão de ordem de prestação, a qualquer tempo e avisado com antecedência, durante a vigência do contrato. A prestação do treinamento se dará em até 15 dias após assinatura e publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União (DOU) precedido, também, de emissão de ordem de prestação.

## 14 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Para efeitos desta contratação será admitida a subcontratação das atividades de correção de redações e disponibilidade de banco de questões. Não se admite a terceirização de quaisquer outras atividades. Para tanto a contratada deverá observar:

- Que a subcontratação só poderá ocorrer sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais por parte da contratada;
- A contratada responderá perante a contratante pela execução total do objeto contratado e não haverá nenhuma relação entre a contratante e a subcontratada. Pelos atos e omissões desta, a contratada é plenamente responsável;
- A contratada deverá realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;
- A subcontratação não poderá acarretar qualquer custo adicional para a contratante, sejam eles de quaisquer naturezas;
- Os valores devidos pela contratante serão pagos única e exclusivamente à contratada;
- Que todos os requisitos especificados neste documento e relativos às correções de redações e à disponibilidade de banco de questões se aplicam à subcontratada;
- Que nenhum dado pessoal dos candidatos aos processos seletivos seja repassado à subcontratada, devendo recorrer, se necessário, à supressão daqueles dados e o estabelecimento de controle que permite a vinculação do resultado da correção ao seu respectivo candidato.

## 15 - DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída e registrada no documento de oficialização da demanda do planejamento desta contratação.

Conforme o §6º do art. 12 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Nota: a servidora Vera Carolina da Silva não assina este documento visto que se encontra em licença.

Pouso Alegre, 14 de janeiro de 2021.

Integrante Requisitante  
Miryan Vieira Alves  
SIAPE: 1600732  
(Documento assinado eletronicamente)

Integrante Técnico  
Vera Carolina da Silva  
SIAPE: 1258555  
(Não assina este documento por estar em férias)

Integrante Administrativo  
Jaime Donizete Bonamichi  
SIAPE: 1968298  
(Documento assinado eletronicamente)

Autoridade Máxima da Área de Tecnologia da Informação  
Everton de Gusmão Rocha  
SIAPE: 3006333  
(Documento assinado eletronicamente)

Autoridade Máxima da Área Administrativa  
Honório José de Moraes Neto  
SIAPE: 1672254  
(Documento assinado eletronicamente)

Autoridade Máxima da Instituição  
Reitora Interina  
Marcia Rodrigues Machado (1220524)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Everton de Gusmao Rocha**, DIRETOR - SUB-CHEFIA - IFSULDEMINAS - DTI, em 14/01/2021 10:46:57.
- **Marcia Rodrigues Machado**, REITOR - REITOR SUB - IFSULDEMINAS, em 14/01/2021 10:46:48.
- **Vera Carolina da Silva**, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 14/01/2021 10:16:36.
- **Honorio Jose de Morais Neto**, PRO REITOR ADMINISTRACAO/PROAD - CD2 - IFSULDEMINAS - PROAD, em 14/01/2021 10:15:41.
- **Miryan Vieira Alves**, CHEFE - FG1 - IFSULDEMINAS - CPS, em 14/01/2021 09:48:22.
- **Jaime Donizete Bonamichi**, COORDENADOR - FG1 - IFSULDEMINAS - CLTI, em 14/01/2021 09:42:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/01/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsulde Minas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 118213

Código de Autenticação: b6cb2f98fc



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsulde Minas.edu.br>)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

# Documento Digitalizado Público

## Termo de referência revisado após análise da CGCP

**Assunto:** Termo de referência revisado após análise da CGCP  
**Assinado por:** Jaime Bonamichi  
**Tipo do Documento:** Termo de Referência  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Jaime Donizete Bonamichi, COORDENADOR - FG1 - IFSULDEMINAS - CLTI**, em 14/01/2021 10:58:53.

Este documento foi armazenado no SUAP em 14/01/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 112747

**Código de Autenticação:** b7cdd0d2c9





Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais  
IFSULDEMINAS

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

ETP Nº16/2020/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR  
DEMANDA Nº 25 / 2020: SOLUÇÃO PARA VESTIBULAR**

**HISTÓRICO DE REVISÕES**

Data	Versão	Descrição	Autor
14/08/2020	01	Versão inicial	Equipe de PCTIC

**1 – DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE NEGÓCIO**

**1.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DO NEGÓCIO**

Solução para viabilizar a execução dos processos seletivos para admissão em cursos, programas e projetos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, com possibilidade de aplicação de provas por meios tecnológicos, independente de local de aplicação. A solução deve incluir o processo de correção dos gabaritos de prova objetiva e de correção de redações, quando houver, além da disponibilização das notas para a contratante.

**1.2 - IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS**

A aplicação de processos seletivos podem envolver, de acordo com solução a ser identificada, diversos aspectos tecnológicos relativos à elaboração de edital e prova, inscrições e respectivos pagamentos de taxas, se aplicável, aplicação de provas, elaboração de gabaritos, correções de provas e de redação, apuração da classificação dos candidatos, matrículas, bem como a entrega de documentos de cada candidato aprovado.

Requisitos técnicos:

- A solução deve proporcionar níveis de segurança compatíveis com as normas vigentes e as boas práticas de mercado, em especial as exigências de proteção de dados pessoais;
- A solução deve proporcionar experiência de usuário adequado a sua finalidade, disponibilizando instruções na plataforma e suporte técnico, viabilizando que o candidato realize a prova de forma satisfatória;
- A solução deve incluir funcionalidades de segurança que busquem reduzir os riscos de fraude por parte de candidatos mal intencionados;
- A solução deve permitir a entrada dos dados dos inscritos por meio de sistema próprio da CONTRATANTE, manual ou automaticamente através de web services;
- A solução deve autenticar o candidato com base nos dados fornecidos pela CONTRATANTE, a fim evitar fraudes de identificação;
- A solução deve permitir a correção automática das provas, fornecendo os resultados à CONTRATANTE em formato interoperável, a fim de permitir a importação no sistema de processos seletivos;
- A solução deve ofertar a análise, correção e procedimentos de revisão da correção de redações (em caso de recurso apresentado por candidato), quando estas forem aplicadas, de acordo com os critérios previamente definidos pela CONTRATANTE.
- A equipe técnica da CONTRATANTE deverá ficar responsável pela plataforma de aplicação, respondendo de forma imediata a eventuais incidentes ou anomalias.

**2 - ESTIMATIVA DA DEMANDA**

Inicialmente, levantou-se a média de candidatos nos processos seletivos, considerando-se para isso o número de candidatos pagantes (confirmados) nas três últimas edições dos Processos Seletivos para ingresso de estudantes no primeiro semestre letivo.

Feito isso, a definição da demanda pelos serviços foi levantada considerando-se três cenários possíveis como segue:

- Necessidade de aplicação de prova apenas para os candidatos às vagas de cursos de graduação, que são ofertados na modalidade EaD, nos polos de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, com oferta anual de 300 vagas. Para essa situação, considera-se a seguinte ação mínima: aplicação de proposta de redação para candidatos ao curso superior de Graduação na modalidade EAD. Estimativa mínima de candidatos: 500;
- Necessidade de aplicação de prova com questões objetivas e proposta de redação para todos os candidatos às vagas disponíveis em todos os cursos superiores ofertados pela instituição, inclusive para cursos de Graduação na modalidade EAD. Para isso considera-se a seguinte ação média: aplicação de prova com questões objetivas e proposta de redação para candidatos às vagas disponíveis em cursos superiores. Estimativa média de candidatos: 4.500;
- Necessidade de aplicação de prova com questões objetivas para todos os candidatos às vagas disponíveis em cursos técnicos integrados e aplicação de prova com questões objetivas e proposta de redação para todos os candidatos às vagas disponíveis em todos os cursos superiores ofertados pela instituição, inclusive para os cursos de Graduação na modalidade EAD). Para isso

considera-se a seguinte ação máxima: aplicação de prova com questões objetivas para candidatos às vagas disponíveis em cursos técnicos integrados e de prova com questões objetivas e proposta de redação para candidatos às vagas disponíveis em cursos superiores, inclusive na modalidade EAD. Estimativa máxima de candidatos: 5.000 para os cursos técnicos e 4.500 para os cursos superiores, totalizando 9.500 candidatos.

### 3 - ANÁLISE DE SOLUÇÕES

#### 3.1 - SOLUÇÕES IDENTIFICADAS

Entende-se que são duas abordagens possíveis quanto ao distanciamento social que deverá ser observado:

- Presencial com adaptações do ambiente de aplicação das provas para distanciamento social e ventilação adequada. Pode-se adotar mais de um turno ou dia de aplicação de provas com versões diferentes, de forma a reduzir ao mínimo necessário o número de candidatos no ambiente de aplicação das provas;
- Não presencial, totalmente online. Neste caso torna-se necessário buscar solução de mercado.

ID	Descrição da solução ou cenário
1	Método tradicional com adaptações necessárias
2	Seleção através de processo simplificado com avaliação de redação e histórico escolar
3	Seleção pelas notas do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM
4	Seleção tradicional com o uso de plataforma digital

Todas as soluções identificadas acima podem ser aplicadas de forma presencial, observando os requisitos de prevenção da pandemia. Há que se observar que a depender do nível escolar, médio ou superior, uma ou outra solução pode ser ou não aplicável.

Das soluções identificadas acima, apenas o método tradicional exige a aplicação presencial. As demais podem ser aplicadas de forma remota, observando os requisitos de prevenção da pandemia. É cabível para o ensino médio a análise de histórico escolar. Para os cursos superiores, é cabível a seleção por meio das notas do ENEM. Também é possível, para os dois níveis (médio e superior) a seleção por meio de provas (método tradicional), com aplicação de forma remota, por empresa qualificada para tanto.

#### 3.2 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES IDENTIFICADAS

##### 3.2.1 - Método Tradicional com Adaptações Necessárias

Esta solução tem como vantagens:

- O IFSULDEMINAS já possui toda a infraestrutura necessária, seja ao nível de recursos materiais ou humanos, inclusive com área de negócio dedicada aos processos de ingresso na Instituição através dos vestibulares;
- É viável a adoção de mais de um turno ou dia de aplicação de provas com versões diferentes, de forma a reduzir ao mínimo necessário o número de candidatos no ambiente de aplicação das provas;
- A Instituição já possui plataforma online de inscrição dos candidatos;
- É aplicável aos dois níveis escolares, médio e superior.

Esta solução tem como desvantagens face aos requisitos de prevenção da pandemia:

- Exige a mobilidade dos candidatos até o local de aplicação das provas, acarretando risco de contaminação da COVID-19;
- Exige a presença de pessoal para aplicação do vestibular acarretando, também, riscos de contaminação;
- Requer investimento em materiais de prevenção como, por exemplo, a aquisição de termômetros, máscaras, luvas, tapete higiênico, entre outros;
- Requer a disponibilidade de servidores que ficarão responsáveis pela logística de aplicação da prova (impressão, guarda, distribuição, remessa e retorno dos gabaritos e folha de resposta) nos locais determinados;
- Acarreta aglomeração de pessoas nos portões de entrada da instituição, inclusive com número maior que o de candidatos, uma vez que familiares/acompanhantes também comparecem aos locais de prova;
- Pode acarretar que um mesmo servidor tenha contato com muitos candidatos, se forem aplicados vários turnos de provas, expondo o servidor à situação de insegurança à saúde;
- Acarreta necessidade de um grande número de questões para realização de vários turnos de prova, uma vez que cada prova exige questões inéditas;
- Cronograma muito extenso. Longo período de tempo entre a aplicação da prova e a data de publicação do resultado e início das matrículas;
- Será necessário aguardar permissão das autoridades de saúde para que se possa reunir pessoas nos locais de prova, o que traz incerteza quando à data para realização do processo, já que não existe previsão dessa possibilidade de reuniões presenciais com aglomeração de pessoas;
- A ventilação nos ambientes de aplicação do vestibular podem ser inadequadas e de difícil adaptação;
- Necessidade de várias salas de aplicação para que se respeite a orientação para distanciamento entre os candidatos.

##### 3.2.2 - Seleção por meio de Processo Simplificado

Esta solução tem como vantagens:

- As instituições privadas de ensino têm adotado esta estratégia de seleção que consiste na aplicação apenas de redação (para cursos superiores e técnicos) e análise de histórico escolar (apenas para os cursos técnicos);
- Se esta opção for aplicada de forma presencial, haverá um tempo menor de aplicação do método de seleção que contribui para a prevenção de contágio do COVID;
- Pode ser aplicada de forma online através de plataformas digitais;
- A seleção feita por meio de análise do histórico escolar pode ser realizada dentro da plataforma institucional IFVEST, com a necessária adaptação do sistema, operacionalizada pela DTI, para que seja viável essa modalidade de seleção;

- Diminuição da aglomeração de pessoas nos locais, uma vez que, a apresentação de histórico pode ser online, via sistema e apenas a realização de redação, nos casos em que for obrigatório, exigirá a presença de candidatos nos locais de prova.

Esta solução tem como desvantagens:

- Se aplicada de forma presencial, tem-se as questões relacionadas à mobilidade de candidatos e pessoal para aplicação das provas em confronto com a necessidade de prevenção da COVID-19;
- A análise curricular, em razão de vedação legal, não pode ser realizada para ingresso nos Cursos Superiores, visto que a legislação exige, para ingresso em cursos superiores, no mínimo, avaliação por meio de desenvolvimento de proposta de redação, sendo cabível apenas para cursos técnicos;
- A realização de prova com redação, exigência mínima para ingresso nos cursos superiores, de qualquer forma, gera necessidade de aglomeração de pessoas, se realizada de forma presencial;
- Será necessário aguardar permissão das autoridades de saúde para que se possa reunir pessoas nos locais de prova, o que traz incerteza quanto à data para realização do processo;
- A análise de histórico escolar, por meio da plataforma institucional IFVEST, requer desenvolvimento por parte da Diretoria de TI a qual não dispõe de recursos dada as demandas em atendimento.

### 3.2.3 - Seleção pelas Notas do ENEM

Esta solução tem como vantagens:

- É de ampla utilização por instituições de ensino públicas e privadas;
- Requer apenas plataforma online para inscrições que a Instituição já possui;
- A instituição já realiza processo seletivo com uso desse formato de seleção;
- Cronograma mais reduzido em relação ao prazo de publicação do resultado e início das matrículas;
- Não exige nenhuma presencialidade para ser adotado;
- Pode-se utilizar edições anteriores, dispensando-se a edição 2020.

Esta solução tem como desvantagens:

- É aplicável apenas para processos seletivos para ingresso em cursos superiores, o que não invalida sua aplicação neste caso, pois contribui para diminuir a necessidade de mobilidade e número de candidatos presenciais;
- Restrito somente a alunos que já tenham feito o ENEM e nas Edições escolhidas pela gestão;
- Não há garantia do cumprimento do cronograma proposto para a edição de 2020, em razão da incerteza quanto a evolução da pandemia;
- Calendários acadêmicos deverão se organizar em função das datas definidas no cronograma do Exame, o que pode causar ingresso tardio nos cursos. Se tudo ocorrer dentro do cronograma planejado do ENEM, a matrícula dos candidatos só ocorrerá a partir do mês de abril, já que a previsão para resultados do exame está agendada para 29 de março de 2021;
- Caso se opte por dispensar a edição do ENEM 2020, os estudantes que só realizaram essa edição não poderão concorrer às vagas;
- Nas experiências passadas, houve cursos ofertados pelos campi que não conseguiram preencher as vagas porque o público-alvo desses cursos normalmente não participa do ENEM. Com isso, ainda que se use a nota do ENEM, fica a exigência de realização de outro processo de seleção (minimamente a realização de uma redação) para preenchimento das vagas desses cursos.

### 3.2.4 - Seleção Tradicional com o Uso de Plataforma Digital

Esta solução tem como vantagens:

- É aplicável tanto nas formas presencial e virtual, ou seja, o candidato pode realizar a avaliação em sua residência ou nos laboratórios da instituição;
- É aplicável para ingresso tanto de nível médio quanto superior;
- Pode-se incluir, no processo de contratação, o serviço de correção de redação, apuração de gabaritos e apresentação do resultado;
- Se aplicado de forma virtual tem-se prevenção de contágio da COVID;
- Se aplicado de forma presencial nos laboratório dos campi é possível realizar a escolha de várias datas de aplicação a fim de evitar aglomeração ou limitar essa aplicação apenas aos candidatos que não possuam acesso à internet que lhes possibilite a realização da prova;
- Rápida resposta na publicação do resultado e início das matrículas, ainda que apresente proposta de redação, uma vez que empresas prestadoras de serviço de vestibular online apresentam rapidez no processo de correção das redações;
- Economia em relação a impressão das provas (papel, tonner, servidores para controlarem a impressão, logística e segurança com a organização e distribuição das provas);
- Economia em relação aos materiais de segurança necessários no caso de aplicação presencial, uma vez que o quantitativo de pessoas em situação de presencialidade tende a ser menor;
- Baixa exposição de pessoas à possibilidade de contaminação;
- Baixo custo em razão da necessidade de menor quantitativo de pessoas para aplicação das provas. Só haverá necessidade de pessoal para aplicação nos casos em que a pessoa necessitar realizar a prova presencialmente, nos laboratórios institucionais;
- Possibilidade de aumento no número de inscritos, facilitada pela realização da prova no local de moradia do candidato, sem necessidade de deslocamento;
- Possibilidade de escolha de data para realização da prova, dentre as possíveis, facilitando ao candidato melhor organização de acordo com suas necessidades.

Esta solução tem como desvantagens:

- Exige a contratação de prestadores de serviços especializados;
- Exige prospecção de mercado para identificação de potenciais prestadores do serviço e do nível de concorrência existente;
- Dificuldade para especificar os requisitos do serviço como, por exemplo, os relativos à segurança e níveis de serviço;
- Se aplicado de forma virtual tem-se a restrição quanto a disponibilidade de tecnologia dos candidatos em suas localidades;
- Se aplicado de forma virtual, envolve considerável risco de fraude, considerando que, apesar de existir recursos de segurança na plataforma, é impossível assegurar que não haverá abuso por parte de candidatos mal intencionados;
- Inexperiência do mercado para aplicação de vestibular online em instituições públicas;

- Inexperiência da instituição para aplicação nesta modalidade.

### 3.2.5 - Síntese Comparativa entre as Soluções Identificadas

A síntese comparativa entre as soluções identificadas é conforme tabela abaixo, considerando as soluções identificadas:

- Solução 1: Método Tradicional com Adaptações Necessárias;
- Solução 2: Seleção Através de Processo Reduzido;
- Solução 3: Seleção pelas Notas do ENEM;
- Solução 4: Seleção Tradicional com o Uso de Plataforma Digital.

Requisito	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NA
Custos (impressão de provas, distribuição, atividades de aplicação, contratação de pessoal para aplicação e outras atividades referentes à execução do processo seletivo).	Solução 1	X		
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
	Solução 4		X	
Segurança das pessoas	Solução 1		X	
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
	Solução 4	X		
Segurança do método - Segurança das informações e de que o próprio candidato é quem realiza cada etapa do processo seletivo, sem auxílio externo para execução das provas do processo seletivo.	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
	Solução 4	X (nota)		
Agilidade na execução do processo	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3			X
	Solução 4	X		
Agilidade na apresentação dos resultados	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3			X
	Solução 4	X		
Evita deslocamento dos candidatos	Solução 1		X	
	Solução 2			X
	Solução 3		X	
	Solução 4	X		

Nota: da prospecção de mercado feita identificou-se ao menos um potencial prestador do serviço em os requisitos de segurança da plataforma são claramente especificados.

#### 4 - REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Dentre as soluções apresentadas, a que se demonstra inviável, no presente momento é a solução 1, mesmo com as adaptações necessárias, em razão de não termos nenhuma previsão com respeito à possibilidade de aglomeração de pessoas, devido à situação de pandemia.

As demais soluções, nas situações em que demandam aglomeração de pessoas, também não vemos viabilidade. Isso afeta, inclusive, a Solução 3, que demanda notas do ENEM, se considerada a Edição de 2020, cuja programação para realização das provas está agendada para janeiro de 2021, uma vez que não existem garantias da possibilidade de que essas provas ocorram na data.

A solução 2, no que se refere ao uso de análise curricular para classificação de candidatos às vagas em cursos superiores, apresenta-se inviável por motivo de vedação legal. Ainda nessa solução, a aplicação de prova de redação somente seria viável e interessante se ocorrer de modo digital/remoto.

Neste estudo técnico não foi considerada o desenvolvimento de solução própria para realização do vestibular online, apesar da Instituição possuir Coordenação de Desenvolvimento de TIC com quadro de recursos humanos com expertise, visto que toda a equipe está alocada em outros projetos também prioritários e que não há tempo hábil para desenvolvimento da solução como um todo, dados os requisitos funcionais e de segurança.

#### 5 - DISPONIBILIDADE DA SOLUÇÃO A CONTRATAR



Tendo em vista a incerteza em relação a evolução da Pandemia pela COVID-19, a solução 4 se apresenta como única viável a permitir, na realização do vestibular, o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde. A solução viabiliza, também, a realização de provas em datas distribuídas ao longo do tempo, bem como agilidade na apuração dos resultados do processo seletivo. A solução 4 permite ainda, o cumprimento do requisito legal de aplicação de, ao menos uma proposta de redação, para cursos de nível superior, bem como a ocupação das vagas dos cursos que apresentam baixa ocupação quando se usam notas do ENEM ou ingresso via SISU, dada a especificidade do público-alvo desses cursos. Nesse contexto a solução permite atingir um público diferenciado daquele que usualmente realiza a prova do ENEM.

Deve-se considerar, também, que esta solução tem maior abrangência. Além da aplicação de processos seletivos de ingresso de discentes, pode ser utilizada para qualquer procedimento que envolva a seleção de candidatos como, por exemplo, o processo seletivo voltado para a Olimpíada Brasileira de Agropecuária, competição promovida pelo IFSULDEMINAS, que se reveste de natureza continuada. Sendo assim, os requisitos para atendimento desta demanda devem ser especificados de forma abrangente e associados a uma metodologia de custo / faturamento adequados.

Ainda que considerando a publicação de dois Editais de seleção para ingresso nos cursos técnicos e cursos superiores para o ano de 2021, verifica-se que ambos apresentam soluções paliativas e temporárias, tendo em vista a impossibilidade de aplicação de prova presencialmente e a necessidade de seleção de estudantes para início do semestre letivo. Os métodos utilizados nos processos vigentes foram sorteio, ordem de inscrição ou análise histórico escolar para os cursos técnicos e utilização da nota do ENEM para os cursos superiores. No caso dos cursos técnicos, entendemos que a não aplicação de prova acaba provocando no candidato um descompromisso com a inscrição, o que dificulta o processo de matrícula, uma vez que não cria um vínculo com o candidato, que se inscreve, muitas vezes, sem a real intenção de fazer o curso. No caso dos cursos superiores decidiu-se pela utilização da nota obtida pelo candidato em alguma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No entanto, em razão de experiência anterior, verifica-se que, após a seleção neste modelo, ainda costuma restar vagas ociosas.

Diante do exposto, é possível perceber que, seja para preenchimento das vagas em processo seletivo inicial ou seja para processo seletivo posterior, com objetivo de preenchimento de vagas ociosas, a solução 4 verifica-se como única viável, principalmente pela agilidade entre a aplicação da prova e a publicação dos resultados e efetivação das matrículas.

Em relação aos demais requisitos determinados e enumerados no inciso II e alíneas do artigo 11, da IN SGD/ME 01, de 04/04/2019 tem-se que:

- Dada a excepcionalidade da pandemia, não se tem conhecimento de que o serviço de plataforma digital para aplicação de provas de processo seletivo tenha sido utilizado por outro órgão público similar ao IFSULDEMINAS;
- Trata-se de solução de mercado ainda que de concorrência limitada;
- Não há plataforma pública para finalidade de aplicação de provas de processo seletivo;
- Há que se considerar necessidades de adequação, ainda que mínimas, da plataforma institucional IFVEST para exportação e importação de dados da solução a ser contratada;
- Trata de contratação de serviço apenas.

## 6 - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

As especificações e requisitos aqui determinados são decorrentes, inicialmente, de tratamento pela equipe de planejamento da contratação a qual foram adicionados, informalmente, integrantes da Pró Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação.

Esta força de trabalho julgou ser necessário submeter todos os requisitos e especificações iniciais ao mercado, considerando se tratar de contratação de um novo objeto pelo IFSULDEMINAS, sobre o qual aquela equipe não detinha conhecimentos suficientes. Dessa forma, os requisitos foram submetidos ao mercado, através do documento Termo de referência próprio, por duas vezes até que foram consolidados no documento formal de termo de referência TERMO Nº39/2020/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS. Este documento foi, novamente submetido ao mercado, para obtenção de orçamentos / propostas comerciais com objetivo de estimar o preço da contratação.

Por ter sido necessário consultar potenciais fornecedores, as especificações aqui consolidadas incluem vários requisitos que seriam pertinentes apenas no termo de referência.

### 6.1 - DOS REQUISITOS DO SERVIÇO

#### 6.1.1 - DA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TIC)

A infraestrutura de TIC própria da contratada ou de terceiro, neste caso em nuvem, deve atender os seguintes requisitos:

- Deverá proporcionar aos usuários vazão, latência e disponibilidade compatíveis com as necessidades inerentes à realização da prova, em especial nos dias e horários de execução das provas;
- A contratada deverá assegurar disponibilidade mínima de 98.5% no intervalo de execução das provas, de acordo com o agendamento da contratante;
- A menos do hardware necessário para uso da solução de processos seletivos online (doravante denominada apenas por SOLUÇÃO), de responsabilidade da contratante e dos candidatos, a contratada deverá disponibilizar toda a infraestrutura para a operação da solução;
- A contratada deverá disponibilizar à contratante suporte técnico de segundo nível (quanto à infraestrutura de TIC) e operacional de segundo nível (quanto ao uso da solução) nos períodos de utilização da solução, por parte da contratante, em horário comercial (entre 08:00 e 18:00 horas) e com tempo de atendimento máximo de 24 horas. Nos dias de realização de processos seletivos, a contratada deverá prestar suporte de segundo nível em regime de plantão, desde 1 hora antes e 1 hora depois do horário de aplicação e com tempo de resposta imediato (máximo de 5 minutos). Caberá à contratante prestar suporte aos inscritos apenas quanto às demandas referentes ao processo seletivo, bem como ser intermediária entre os inscritos e a contratante para suporte

quanto a problemas com a solução;

- Os inscritos nos processos seletivos não devem sofrer restrição de banda tanto para upstream quanto para downstream. A contratada deverá assegurar que o tráfego de dados entre os usuários do sistema e seus servidores se dê com a qualidade e capacidade adequadas para a realização da prova durante todo o processo;
- Deve provisionar infraestrutura de TI suficiente para garantir que a velocidade de carregamento das páginas principais não exceda 5 segundos para 99% das requisições, sendo responsabilidade da contratada monitorar este indicador e responder imediatamente em caso de insuficiência;
- Deve possuir política de proteção de dados e garantir a entrega de todos os dados, a qualquer momento, à contratante;
- Quaisquer indisponibilidades da infraestrutura de TI deverão ser notificadas à contratante;
- Indisponibilidades programadas deverão ser notificadas com, pelo menos, duas semanas de antecedência e não poderão ocorrer no dia de aplicação das provas do processo seletivo;
- Indisponibilidades emergenciais ou não programadas devem ser comunicadas à contratante imediatamente informando previsão de restabelecimento.

#### 6.1.2 - DA SEGURANÇA

A infraestrutura da contratada, própria ou de terceiro, e a solução de processos seletivos, olimpíadas e maratonas, online deverão atender os seguintes requisitos de segurança da informação:

- A infraestrutura de TI utilizada, própria da contratada ou de terceiro, deverá possuir certificação ISO-27001 - Segurança da Informação;
- Toda a transmissão de dados em rede deve ser feita de forma criptografada entre as sessões clientes (contratante e inscritos nos processos seletivos) e a infraestrutura de TI da contratada;
- Permitir a configuração de permissões de acesso às informações para qualquer nível ou criticidade, conforme o perfil de cada usuário cadastrado no sistema pela contratante;
- Garantir controle total de uso, com total segurança contra violação dos dados ou acessos indevidos às informações, mediante uso de senhas e restrições por níveis de acesso por meio de usuários ou grupos;
- Em caso de eventual risco e se a contratante e/ou a contratada visualizarem potencial ocorrência de problema ou de ameaça, as equipes das partes deverão interagir imediatamente com objetivo de mitigar eventuais consequências negativas sobre todo o conjunto de infraestrutura e da solução, para manter a integridade das partes ou serviços prestados;
- A contratada deverá informar à contratante qualquer alteração, manutenção ou indisponibilidade nos mecanismos de Segurança da Informação no prazo máximo de 24 horas corridas;
- Todas as informações obtidas pela contratada, decorrentes da execução do contrato e uso da solução e serviços, deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar por seus representantes, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto de dados, informações, documentos, resultados e dados pessoais e institucionais, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados, conforme previsto no Decreto nº 7.845/2012, na Lei nº 13.709/2018 e demais legislações e normativas;
- A solução deve proporcionar níveis de segurança compatíveis com as normas vigentes e as boas práticas de mercado, em especial as exigências de proteção de dados pessoais;
- A solução deve incluir funcionalidades de segurança que busquem reduzir os riscos de fraude por parte de candidatos mal intencionados;
- A solução deve permitir a criação de histórico digital (log), para efeitos de auditorias e análise de eventuais recursos, desde o primeiro acesso da contratante, durante todo o tempo de realização das provas e até a finalização do uso por parte da contratante. A finalização do uso da solução se dará por comunicado formal da contratante à contratada;
- A solução deve permitir que toda transferência de dados / informações, seja de up ou download, deve ser protegida por mecanismo de criptografia;
- A solução deverá contar com recurso de monitoramento automatizado dos candidatos, por meio de vídeo, áudio, comportamento ou outros fatores que se façam necessários para mitigar potenciais fraudes;
- A solução deverá fornecer relatórios gerenciais para a CONTRATANTE, através de dashboard em sistema próprio ou solução similar, que permita à CONTRATANTE obter estatísticas em tempo real sobre a realização do processo;
- A solução da contratante deverá ser compatível com browser seguro de mercado e deve ser possível condicionar o acesso do candidato ao sistema de acordo com o seu browser;
- A ocorrência de eventuais incidentes de segurança que afetem ou possam afetar a contratante ou seus usuários, em qualquer abrangência ou severidade, deverá ser imediatamente comunicada à contratante;
- A solução deve garantir que os inscritos não tenham acesso a qualquer recurso computacional, a não ser ao browser seguro e os componentes da solução.

#### 6.1.3 - DA INTEGRAÇÃO

A solução da contratada deverá:

- Deverá suportar a integração ao nível de planilhas dos tipos “.csv ou .xls”, para upload de dados dos inscritos para os processos seletivos, bem como o download de toda a base de dados a ser gerada com utilização da plataforma pela contratada;
- Deverá suportar o upload de fotos dos candidatos aos processos seletivos com objetivo de permitir a autenticação e monitoramento;
- Deverá emitir relatórios para a CONTRATANTE, através de dashboard em sistema próprio ou solução similar, que permita à CONTRATANTE obter estatísticas;
- Deve permitir a criação de histórico digital (log), para efeitos de auditorias e análise de eventuais recursos, desde o primeiro acesso da contratante, durante todo o tempo de realização das provas e até a finalização do uso por parte da contratante. A finalização do uso da solução se dará por comunicado formal da contratante à contratada.

#### 6.1.4 - DA COMPATIBILIDADE

A solução de processos seletivos online hospedado em infraestrutura própria ou de terceiro deverá:

- Ser do tipo Multiplataforma, Multilíngue;
- Compatível com equipamentos da contratada e dos candidatos aos processos seletivos dos tipos desktops e/ou notebooks com sistemas operacionais Windows;

- Disponibilizar navegador (browser) do tipo travado, compatível com os equipamentos da contratante e dos candidatos aos processos seletivos com sistema operacionais WINDOWS. Trata-se de requisito de segurança para impedir o acesso a recursos não autorizados e que os candidatos naveguem na internet durante sua realização. Uma vez configurado, os candidatos devem ficar impossibilitados de acessar qualquer recurso do computador enquanto estiverem realizando a prova. Assim, quando a prova é iniciada, o navegador deve entrar em modo tela cheia – sem elementos de navegação – e não poderá ser fechado até a conclusão e entrega da mesma.

#### 6.1.5 - DA ACESSIBILIDADE

A solução da contratada deverá disponibilizar recursos para os inscritos nos processos seletivos, olimpíadas e maratonas e usuários da contratante que detenham alguma forma de impedimento de ordem pessoal, especialmente em conformidade com os incisos II, III e V do artigo 90 e artigo 30 da Lei nº 13.146/2015. Também deverá:

- Estar em conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade normatizadas pelo W3C (consórcio que regulamenta os padrões para web);
- Ser compatível com o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) que é baseado no documento internacional WCAG (Web Content Accessibility Guidelines: Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web).

#### 6.1.6 - O ALCANCE E CAPACIDADE

Quanto ao alcance e capacidade na prestação do serviço, a solução da contratada deve atender os seguintes requisitos:

- A solução deve ter capacidade de atender a realização de processos seletivos de mais de uma instituição ao mesmo tempo / mesmo dia com garantia de performance;
- A solução deve permitir a realização de processos seletivos em qualquer local e horário (sem restrição geográfica);
- A solução deve permitir número ilimitado de inscritos;
- A solução deve permitir configurações de processos seletivos online com:
  - Provas compostas de questões de múltipla escolha, subdivididas em áreas de conhecimentos;
  - Redação;
  - Questões dissertativas;
  - Associação de quaisquer dos tipos acima;
- A solução deve permitir que a contratante realize simultaneamente a aplicação de provas distintas e para processos seletivos distintos;
- A solução deve incluir funcionalidades de segurança que busquem reduzir os riscos de fraude por parte de candidatos mal intencionados.

#### 6.1.7 - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A solução da contratada deverá atender aos requisitos mínimos definidos a seguir:

- A solução deve ser do tipo SELF SERVICE com operação e uso exclusivo da contratante e sem acesso por parte da contratada;
- Deverá estar disponível para a contratante, full time, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com antecedência de 30 dias da data de realização das provas para preparação da plataforma;
- Após a realização da prova, a contratada deverá fornecer os resultados à contratante em até 7 dias corridos;
- A contratada deverá fornecer, em até 7 dias corridos, todos os registros relacionados à atividade do candidato durante a realização prova, inclusive aqueles utilizados para prevenção de fraude, tais como registros fotográficos e outros que porventura houver, para arquivamento na instituição;
- Os registros tratados no item anterior deverão ser mantidos disponíveis pela contratada pelo período mínimo de 6 meses após a realização da prova;
- A solução deve possuir URL própria, específica e exclusiva, para fins de processos seletivos online do IFSULDEMINAS. A URL deverá ser informada previamente para que possa constar dos editais dos processos seletivos;
- O acesso à URL da solução para administração da plataforma, por parte da contratada, e de realização dos processos seletivos, por parte dos candidatos deverá ser através de BROWSER SEGURO;
- A solução não pode ter conteúdo prévio na URL, até o primeiro acesso da contratante, e nem permitir acesso de pessoas que não autorizadas e cadastradas pela contratante, nem mesmo da contratada;
- A contratada deve disponibilizar profissionais qualificados para atuar como consultores técnicos e operacionais quanto ao uso da solução. A interação da contratante com o consultor deve se dar fora da plataforma utilizando telefone, e-mail, chat, entre outros;
- A equipe técnica (consultores técnicos e operacionais) da contratada deverá ficar responsável pela disponibilidade da solução, respondendo de forma imediata a eventuais incidentes ou anomalias. No dia de realização das provas a equipe técnica deve estar disponível em regime de plantão;
- A contratada deverá elaborar caderno de orientações para uso da plataforma pelos inscritos nos processos seletivos. Este caderno deve ser entregue previamente para que as informações pertinentes constem do edital do processo seletivo, olimpíada ou maratonas;
- A solução deve proporcionar experiência de usuário adequado a sua finalidade, disponibilizando instruções na plataforma, viabilizando que o candidato realize a prova de forma satisfatória;
- A solução deve permitir, ao menos, o cadastro dos seguintes perfis de acesso compatíveis com os seguintes papéis: gestores, administrativos, fiscais, avaliadores sem limite de quantidade para cada perfil;
- A solução deve permitir, por parte da contratante, o controle total da realização dos processos seletivos, para determinar o início e término, bem como o respectivo monitoramento;
- A solução deve permitir a entrada dos dados dos inscritos por meio de solução da CONTRATANTE, manual ou automaticamente através de web services ou, ainda, através de upload e download de planilhas de dados em arquivos com extensão “.csv ou .xls”;
- Deve permitir o cadastro de candidatos inscritos para realização do processo seletivo, através de upload de planilha no formato “.csv ou .xls” que conterá as seguintes informações cadastrais:
  - Nome do Candidato;
  - Número de Inscrição;
  - Nível do Processo Seletivo Pretendido;
  - Curso Pretendido;
  - Campus Pretendido;

- Telefone do Candidato;
- Endereço de e-mail do Candidato;
- Foto Atual.
- Para maratonas e olimpíadas deve permitir o cadastro de candidatos, através de upload de planilha no formato “.csv ou xls.” que conterá as seguintes informações cadastrais:
  - Nome do Candidato;
  - Número de Inscrição;
  - Instituição;
  - Curso;
  - Modalidade;
  - Ano/período do curso;
  - Telefone do Candidato;
  - Endereço de e-mail do Candidato;
  - Foto Atual.
- A solução deverá permitir estabelecer, automaticamente, o vínculo de cada candidato ao seu número de inscrição, ao processo seletivo e curso em que se inscreveu, bem como à prova, redação e dissertação correspondentes. O mesmo deverá ocorrer quando em olimpíadas e maratonas;
- A solução deve permitir o upload de fotos dos candidatos, vinculando-as aos respectivos inscritos e de acordo com os dados cadastrais;
- A solução deve autenticar o candidato com base nos dados fornecidos pela CONTRATANTE, a fim evitar fraudes de identificação;
- A solução deverá permitir, para efeitos de realização dos processos seletivos, que a contratada defina os seguintes dados de login dos inscritos: nome completo, cadastro de pessoa física (CPF), número de inscrição, edital em está inscrito, Campus e curso;
- Uma vez lançado os dados dos inscritos, a solução deverá enviar e-mail de forma automática ou a pedido, após comando/solicitação do gestor da contratada, informando cada inscrito, a respeito de data, hora de início e fim de realização da prova, assim como outras instruções pertinentes;
- A solução deverá realizar, automaticamente através dos dados cadastrais e fotos, a autenticação dos inscritos como condição prévia para cada candidato iniciar a realização das provas;
- A solução deve incluir, nos casos em que for solicitado, disponibilização de questões para serem utilizadas nas provas (banco de questões) separadas por disciplina, de acordo com os níveis de escolaridade (nível fundamental e médio) em consonância com os conteúdos programáticos definidos pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e também de temas e propostas para redação, de acordo com os níveis de ensino predefinidos pela contratante;
- As questões fornecidas deverão ser inéditas no que tange à aplicação destas aos candidatos da contratante, ou seja, não poderão ter figurado em processos seletivos da contratante;
- A solução deve permitir a correção automática das provas objetivas, fornecendo os resultados à CONTRATANTE em formato interoperável, a fim de permitir a importação no sistema de processos seletivos;
- A solução deve permitir a correção das redações, fornecendo os resultados à CONTRATANTE em formato interoperável, a fim de permitir a importação no sistema de processos seletivos próprio da contratada;
- A solução deve ofertar a análise, correção e procedimentos de revisão da correção de redações (em caso de recurso apresentado por candidato), quando estas forem aplicadas, de acordo com os critérios previamente definidos pela CONTRATANTE;
- A correção das questões dissertativas será de responsabilidade da CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá fornecer o ambiente para correção das questões dissertativas pela CONTRATANTE, nos casos em que a correção destas ficar a cargo da CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá fornecer as questões da prova utilizando-se de Banco de Questões próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, serem utilizadas questões elaboradas pela própria CONTRATANTE. O mesmo se aplica quanto ao tema de redação;
- A solução deverá permitir a execução de simulado de processo seletivo ou ambientação quanto às olimpíadas e maratonas, às véspera de sua aplicação.

#### 6.1.8 - DOS TIPOS DE PROCESSOS SELETIVOS E MÉTODOS DE APLICAÇÃO

Dado o universo de cursos ofertados pela Instituição e de demais processos seletivos específicos como, por exemplo, o da Olimpíada Brasileira de Agropecuária - OBAP, podem ser utilizados os tipos de avaliação a seguir. Essa relação de tipos de avaliação não é exaustiva e podem ser aplicados, inclusive, de forma combinada:

- TIPO 1: Processo seletivo composto por até 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo subdividido em até 5 áreas de conhecimento. A CONTRATADA deverá fornecer as questões da prova utilizando-se de Banco de Questões próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, serem utilizadas questões elaboradas pela própria CONTRATANTE;
- TIPO 2: Processo seletivo composto por até 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo subdividido em até 5 áreas de conhecimento, além de proposta de redação (correção das redações sob responsabilidade da contratada). A CONTRATADA deverá fornecer as questões de prova e tema para a proposta de redação utilizando-se de Banco de Questões próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, serem utilizadas questões e tema para proposta de redação elaboradas pela própria CONTRATANTE;
- TIPO 3: Processo seletivo composto por proposta de redação (correção das redações sob responsabilidade da contratada). A CONTRATADA deverá fornecer o tema para a proposta de redação utilizando-se de Banco de Temas próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, ser utilizado tema para proposta de redação elaborado pela própria CONTRATANTE;
- TIPO 4: Processo seletivo composto por até 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo subdividido em até 5 áreas de conhecimento, e até 5 questões dissertativas sobre temas específicos (correção das questões dissertativas sob responsabilidade da CONTRATANTE). A CONTRATADA deverá fornecer as questões de múltipla escolha utilizando-se de Banco de Questões próprio, podendo, no entanto, a pedido da CONTRATANTE, serem utilizadas questões elaboradas pela própria CONTRATANTE. As questões dissertativas sobre temas específicos serão fornecidas pela CONTRATANTE;
- TIPO 5: Processo seletivo realizado em fase única, composto por até 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo subdividida em áreas descritas conforme conteúdo programático, com questões de conhecimento prático, denominadas provas práticas. A CONTRATANTE fornecerá as questões de múltipla escolha bem como as questões de conhecimento prático, para compor o banco de dados próprio, de acordo com o conteúdo programático previsto no regulamento, para que seja realizado sorteio das questões.

No caso do fornecimento de questões provenientes do Banco de Questões da Contratada, nos tipos acima citados, uma vez utilizada(s) a(s) questão(ões) em determinado Processo Seletivo do IFSULDEMINAS, não será possível a sua reutilização em outros Processos realizados pela Contratante.

Havendo necessidade de realização de processos em formato diferente dos previstos, a contratada e a contratante poderão entrar em acordo sobre a viabilização do processo, nos termos contratados.

#### **6.1.9 - DA CORREÇÃO DE REDAÇÕES**

A contratada deve providenciar as correções de redações observando:

- A contratada deve disponibilizar a folha de respostas das questões dissertativas e/ou redação aos corretores sem possibilidade de identificação dos candidatos;
- Informar dados dos profissionais que farão correção (nome, cpf, etc.) de modo que a contratante possa cadastrá-los e permitir o acesso às redações para efeitos de correção;
- A correção deve ser realizada por profissionais habilitados em Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa) e/ou com Pós-Graduação na Área de Língua Portuguesa;
- Realizar a CORREÇÃO DE REDAÇÃO nos seguintes critérios mínimos:
  - Domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa;
  - Compreensão da proposta de redação e aplicação dos conceitos de várias áreas do conhecimento para desenvolvimento do tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo;
  - Seleção, relação, organização e interpretação de fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
  - Utilização de mecanismos linguísticos necessários à construção do texto;
  - Apresentação de proposta de intervenção;
  - Análise de recursos por dois profissionais devidamente habilitados, diferentes do primeiro corretor;
  - A nota após recurso será média simples das notas atribuídas pelos revisores.

#### **6.1.10 - DA APURAÇÃO DOS RESULTADOS**

A contratada deve apurar os resultados das provas informando:

- Nota obtida pelo candidato nas questões de múltipla escolha, por área de conhecimento;
- Nota obtida pelo candidato na proposta de redação, quando houver aplicação desta;
- Nota obtida pelo candidato nas questões dissertativas corrigidas pela CONTRATANTE na plataforma da CONTRATADA;
- Nota obtida pelo candidato após recurso (tanto com relação às questões de múltipla escolha quanto na proposta de redação);
- Somatório das notas gerais das notas obtidas.

#### **6.1.11 - DO TREINAMENTO**

A contratada deverá prestar treinamento para os usuários da contratante, máximo de 20 usuários, para que possam estar aptos para utilização de todos os recursos da plataforma devendo observar:

- A prestação do treinamento deverá ser online e com utilização efetiva da solução;
- A prestação do treinamento deverá ser ofertada de maneira a atender os diferentes perfis de usuários, devendo ficar gravada para eventuais consultas;
- Informar previamente o programa de treinamento e o cronograma;
- Entregar previamente material didático;
- Entrega prévia de proposta de avaliação da prestação do serviço de treinamento que será submetido aos treinandos. O conteúdo da avaliação deverá ser elaborado de acordo com as boas práticas de mercado e com escala de avaliação de 0 (zero) a 10 (dez). A média das avaliações deve atingir a nota mínima de 5 pontos para fins de aceitação. Caso contrário deverá ser prestado novamente;
- O treinamento, em sua maior abrangência, deverá ser prestado, pela contratada, apenas uma vez, salvo o item acima deste caput. No caso de introdução de novos colaboradores para operar a solução, caberá à contratante prestar o treinamento necessário, devendo a contratada disponibilizar acesso à plataforma de testes.

#### **6.1.12 - DO CRONOGRAMA**

A contratante poderá utilizar o serviço múltiplas vezes durante a vigência do contrato. Para efeitos de estimativa de utilização do serviço, deve ser considerada a demanda de quatro processos seletivos anuais, que poderão ser segmentados em etapas, a fim proporcionar melhor organização e operação bem como pelo menos a elaboração de duas olimpíadas anualmente.

Para cada processo ou conjunto de processos seletivos são previstos os seguintes eventos:

- Elaboração do edital, pela contratante;
- A contratada deverá informar, se possível, a URL para acesso, a constar do edital, bem como disponibilizar caderno de orientações para uso da plataforma pelos candidatos. Caso não se possa informar a URL para constar no edital, a contratada deverá fornecê-la em até cinco dias úteis antes da realização de provas, para que a contratante possa divulgar, em tempo, aos candidatos;
- Publicação do edital;
- Emissão de ordem de prestação do serviço;
- Disponibilização da solução de plataforma on line;
- Treinamento dos colaboradores que utilizarão a plataforma;
- Período de inscrições por meio de solução própria da contratante;
- Configuração da plataforma (cadastro de perfis, elaboração de provas, importação de dados e fotos dos inscritos, etc.);
- Aplicação de simulado;
- Aplicação de provas;
- Apuração do resultado;
- Fornecimento dos resultados e dos registros de atividade dos candidatos na plataforma.

#### **6.1.13 - DO CONTRATO**

Para prestação do serviço, será celebrado, entre as partes, contrato administrativo com vigência de 12 meses, podendo ser renovado por iguais períodos sucessivos, até o limite de 60 meses e nos termos da Lei 8.666/1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- O serviço tenha sido prestado regularmente;
- A Administração mantenha interesse na prestação do serviço;
- O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- A contratada manifeste expressamente interesse na renovação;
- A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

#### 6.1.14 - DA QUANTIDADE ESTIMADA

A quantidade estimada, tendo em consideração o histórico de realização de processos seletivos, de cursos técnicos integrado e subsequente, cursos superiores, pós-graduação lato e stricto sensu e a realização da Olimpíada Brasileira de Agropecuária, é de pelo menos 25 mil.

Não há obrigação por parte da contratante em consumir o serviço observando a quantidade total estimada de candidatos, sendo apenas uma quantidade máxima para eventual utilização e faturamento. A prestação do serviço se dará sob demanda da contratante devendo ser observado, para efeitos de faturamento, os tipos de processos seletivos e métodos de aplicação e quantidades indicados na tabela a seguir:

Modalidade	Quantidade máxima estimada
Tipo 01	4500
Tipo 02	4000
Tipo 03	1000
Tipo 04	500
Tipo 05	15.000

#### 6.1.15 - DO FATURAMENTO

O faturamento se dará de acordo com o segue:

- Treinamento, faturamento único;
- A prestação do serviço se dará sob demanda da contratada e incluirá o serviço de suporte técnico e operacional e todos os demais serviços associados e executados pela contratada;
- O faturamento, dar-se-á em função do número de inscritos na plataforma em dado processo seletivo ou olimpíadas e maratonas, independente do número de dias em que forem aplicadas as provas daquele processo seletivo, devendo ser considerado, para fins de faturamento, o número de inscritos na plataforma e o tipo de processo utilizado;
- A apuração dos valores devidos se dará de acordo com o número de inscritos na plataforma, de acordo com o tipo do processo, conforme definido no item 6.1.8, cujos valores estimados foram determinados em pesquisa de mercado;
- Não há obrigação por parte da contratante em consumir todo o quantitativo estimado ou todos os tipos previstos. Os tipos são para que a contratada possa apresentar a proposta de custo indicando o valor unitário para cada um deles.

### 7 - ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

#### 7.1 - CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

##### 7.1.1 - CUSTO TOTAL DA SOLUÇÃO

Esta demanda deverá ser atendida com solução de mercado fornecida por potenciais prestadores de serviço de plataforma digital para aplicação de processos seletivos e não se tem, neste caso, uma variedade de soluções ou mesmo duas soluções distintas.

Sendo assim, o custo total de propriedade que, efetivamente, neste caso se refere ao custo total de uso / subscrição da solução de mercado, é baseado numa estimativa de demanda que foi submetida ao mercado juntamente com as especificações e requisitos exigidos, com o objetivo, dentre outros, de se obter pesquisa de preços para estimativa de custo.

Trata-se, até onde se pode ver, neste momento, de mercado concentrado com poucos prestadores do serviço demandado. Foram identificados, no mercado, 5 (cinco) potenciais fornecedores os quais tiveram mais de uma oportunidade de analisar as especificações e requisitos propostas, bem como sugerir alterações que, após análise da força de trabalho do planejamento desta contratação, acatou aquelas pertinentes e plausíveis. As especificações e requisitos consolidadas foram, novamente, submetidos ao mercado para fins de se obter propostas comerciais para estimativa dos custos da eventual contratação. Como resposta do mercado obtivemos dois orçamentos / proposta comerciais que estão nas tabelas a seguir

Orçamento / proposta comercial da Empresa A:

	Descrição	Quant.	Valor unitário		Valor total									
1	Treinamento	20	R\$ 1.000,00		R\$ 20.000,00									
			Com fornecimento de questões objetivas e sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação		Sem fornecimento de questões objetivas e sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação		Com fornecimento de questões, com fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Com fornecimento de questões e sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Com fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação	
			Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total
2	Tipo 01 de processo seletivo	4.500	R\$ 13,00	R\$ 58.500,00	R\$ 12,00	R\$ 54.000,00								
3	Tipo 02 de processo seletivo	4.000					R\$ 20,00	R\$ 80.000,00	R\$ 19,00	R\$ 76.000,00				
4	Tipo 03 de processo seletivo	1.000									R\$ 18,00	R\$ 18.000,00	R\$ 12,00	R\$ 12.000,00
5	Tipo 04 de processo seletivo	500	R\$ 13,00	R\$ 6.500,00	R\$ 12,00	R\$ 6.000,00								
6	Tipo 05 de processo seletivo	15.000			R\$ 12,00	R\$ 180.000,00								
Valot total da soma dos tipos de processo seletivo				R\$ 65.000,00		R\$ 240.000,00		R\$ 80.000,00		R\$ 76.000,00		R\$ 18.000,00		R\$ 12.000,00
Total geral com treinamento			R\$ 511.000,00											

Orçamento / proposta comercial da Empresa B:

	Descrição	Quant.	Valor unitário		Valor total									
1	Treinamento	20	R\$ 1.200,00		R\$ 24.000,00									
			Com fornecimento de questões objetivas e sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação		Sem fornecimento de questões objetivas e sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação		Com fornecimento de questões, com fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Com fornecimento de questões e sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Com fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação	
			Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total
2	Tipo 01 de processo seletivo	4.500	R\$ 18,00	R\$ 81.000,00	R\$ 13,50	R\$ 60.750,00								
3	Tipo 02 de processo seletivo	4.000					R\$ 22,00	R\$ 88.000,00	R\$ 21,10	R\$ 84.400,00				
4	Tipo 03 de processo seletivo	1.000									NI		NI	
5	Tipo 04 de processo seletivo	500	R\$ 18,00	R\$ 9.000,00	R\$ 13,50	R\$ 6.750,00								
6	Tipo 05 de processo seletivo	15.000			R\$ 13,50	R\$ 202.500,00								
Valot total da soma dos tipos de processo seletivo				R\$ 90.000,00		R\$ 270.000,00		R\$ 88.000,00		R\$ 84.400,00				
Total geral com treinamento			R\$ 556.400,00											

NI: não informado

A partir dos dois orçamentos / propostas comerciais acima obtém-se o valor estimado do custo médio da eventual contratação, conforme tabela que segue.

	Descrição	Quant.	Valor unitário		Valor total									
1	Treinamento	20	1.100,00		22.000,00									
			Com fornecimento de questões objetivas e sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação		Sem fornecimento de questões objetivas e sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação		Com fornecimento de questões, com fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Com fornecimento de questões e sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Com fornecimento de tema de redação e com correção de redação		Sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação	
			Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total
2	Tipo 01 de processo seletivo	4.500	R\$ 15,50	R\$ 69.750,00	R\$ 12,75	R\$ 57.375,00								
3	Tipo 02 de processo seletivo	4.000					R\$ 21,00	R\$ 84.000,00	R\$ 20,05	R\$ 80.200,00				
4	Tipo 03 de processo seletivo	1.000									R\$ 18,00	R\$ 18.000,00	R\$ 12,00	R\$ 12.000,00
5	Tipo 04 de processo seletivo	500	R\$ 15,50	R\$ 7.750,00	R\$ 12,75	R\$ 6.375,00								
6	Tipo 05 de processo seletivo	15.000			R\$ 12,75	R\$ 191.250,00								
Valot total da soma dos tipos de processo seletivo				R\$ 77.500,00		R\$ 255.000,00		R\$ 84.000,00		R\$ 80.200,00		R\$ 18.000,00		R\$ 12.000,00
Total geral estimado com treinamento			548.700,00											

O padrão de tabela acima, elaborada pela equipe de planejamento, inclui o detalhamento necessário no sentido de contemplar todos os tipos de processos seletivos, bem como observar o que mercado orçaria. O mercado foi coerente ao observar que em função dos requisitos de fornecimento de questões, tema de redação, correções e as variáveis previstas na terceira linha da tabela acima, que confere o grau de prestação do serviço e custos associados, não havendo variação de custos em função dos quantitativos para um mesmo grau de prestação do serviço, podendo-se concluir que o valor unitário orçado considerou a soma dos quantitativos dos tipos de processos seletivos.

## 7.2- MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

Não há soluções distintas para atendimento desta demanda e, portanto, não há mapa comparativo dos cálculos de custos totais (referir-se ao item 7.1 acima).

## 7.3 - ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS

Não há soluções distintas para atendimento desta demanda e, portanto, não há análise comparativa de custos (referir-se ao item 7.1 acima).

#### 7.4 - CUSTOS TOTAIS DE AQUISIÇÃO

Nos termos da tabela acima, identifica-se que a solução possui custo de duas naturezas: fixo e variável. O custo fixo se refere à prestação do serviço de treinamento e está estimado em R\$ 22.000,00.

Os custos variáveis se referem ao serviço de subscrição da plataforma digital para realização dos processos seletivos institucionais e estão estimados em R\$ 526.700,00.

### 8 - SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de subscrição de plataforma online, do tipo SELF SERVICE, para viabilizar a execução dos processos seletivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, com fornecimento de questões e de temas para redação, conforme o tipo de prova escolhido, dentre os tipos possíveis definidos neste documento, aplicação de provas, redações e dissertações por meios tecnológicos, correção das provas e redações, independente de local de aplicação, em qualquer dia e horário e sem restrição geográfica para participação de candidatos aos processos seletivos.

#### 8.2 - ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

O custo total estimado para esta contratação é de R\$ 548.700,00 (quinhentos e quarenta e oito mil e setecentos reais (referir-se ao item 7.4 acima).

#### 8.3 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Declara-se a viabilidade da contratação tendo em consideração o que segue:

- Atende diretamente aos requisitos institucionais previstos e planejados;
- Está de acordo com normas e padrões de mercado;
- Não representa objeto exclusivo, que com isso, viabiliza a concorrência na seleção de fornecedores;
- Diante da necessidade urgente e extraordinária de ação que viabilize o ingresso dos estudantes nos cursos técnicos e superiores, e na impossibilidade de aplicação de prova nos moldes tradicionais, a gestão do IFSULDEMINAS, representada pelo dirigente máximo da instituição, com participação do Colégio de Dirigentes, deu o aval para que essa ação seja incluída, em caráter de excepcionalidade, no PAC 2020 e 2021, permitindo que a contratação ocorra. Em face da incerteza quanto ao possível retorno de atividades que envolvam aglomeração de pessoas, tal como ocorre na aplicação de provas presenciais, haverá previsão no PAC 2021, para uso da mesma ferramenta para ingresso de estudantes, considerando um possível cenário de permanência da orientação para distanciamento social.
- A solução também se apresenta como viável para complementação de processos seletivos, nos quais seja necessária rapidez e flexibilidade na aplicação das avaliações, sendo interessante à instituição a disponibilidade dessa solução para uso em casos de interesse institucional.
- Considerando que já se tem o custo estimado para uso dessa solução, esse será inserido no PAC, no período em que estiver aberta a janela para alteração / inclusão de itens, prevista para este mês de novembro.
- O objeto desta demanda enquadra-se como serviços comum, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 10.520/02 e o parágrafo segundo do artigo 2º do Decreto 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e especificações usualmente encontradas no mercado;
- Por se tratar de bens comuns, de acordo com a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, esta demanda será atendida pela licitação na modalidade pregão eletrônico e do tipo registro de preços. Nas licitações com sistema de registro de preços não é necessário a indicação de recursos orçamentários conforme § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892/2013;
- Esta contratação está prevista no Plano Diretor de TIC 2021 - 2022, de acordo com ID 321 - Contratação da plataforma de provas online.

### 9 - APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC.

Pouso Alegre, 18 de novembro de 2020.

Integrante Técnico  
Vera Carolina da Silva  
SIAPE: 1258555

(Não assina este documento por se encontrar em férias)

Integrante Requisitante  
Miryan Vieira Alves  
SIAPE: 1600732

(Documento assinado eletronicamente)

Autoridade Máxima da Área de Tecnologia da Informação  
Gabriel Maduro Marcondes Pereira  
SIAPE: 1747429  
(Documento assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por:

- **Miryan Vieira Alves**, CHEFE - IFSULDEMINAS - CPS, em 19/11/2020 19:40:35.
- **Gabriel Maduro Marcondes Pereira**, DIRETOR - IFSULDEMINAS - DTI, em 19/11/2020 19:39:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/11/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 103985

Código de Autenticação: 36dc74c5b4





**ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/20XX**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020**

PROCESSO Nº 23343.003591.2020-43

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS), com sede na Avenida Vicente Simões, nº 1.111, Nova Pouso Alegre, CEP: 37.553-465, Pouso Alegre/MG, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.648.539/0001-05, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 31/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no ..... de ...../...../20..... (processo administrativo n.º 23343.003591.2020-43), RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

- 1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de subscrição de plataforma online, do tipo SELF SERVICE, para viabilizar a execução dos processos seletivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, com fornecimento de questões e de temas para redação, conforme o tipo de prova escolhido, dentre os tipos possíveis definidos neste documento, aplicação de provas, redações e dissertações por



meios tecnológicos, correção das provas e redações, independente de local de aplicação, em qualquer dia e horário e sem restrição geográfica para participação de candidatos aos processos seletivos.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são os que seguem:

GRUPO 01				
Item	Descrição	Quantidade	Valor mensal (estimado)	Valor global (estimado)
01	Processo seletivo tipo 1 - com fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	4.500	R\$	R\$
02	Processo seletivo tipo 1 - sem fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo	4.500	R\$	R\$



	com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS			
03	Processo seletivo 2 - com fornecimento de questões, com fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	4.000	R\$	R\$
04	Processo seletivo 2 - com fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	4.000	R\$	R\$
05	Processo seletivo tipo 3 - com fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	1.000	R\$	R\$
06	Processo seletivo tipo 3 - sem fornecimento de tema de redação e com	1.000	R\$	R\$



	correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS			
07	Processo seletivo tipo 4 - com fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	500	R\$	R\$
08	Processo seletivo tipo 4 - sem fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	500	R\$	R\$
09	Processo seletivo tipo 5 - sem fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº	15.000	R\$	R\$



	4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS			
10	Treinamento para uso de plataforma digital para processos seletivos. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	20	R\$	R\$
<b>Valor global do Grupo 01:</b>		<b>R\$</b>		

**2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata de Registro de Preços. (Se não houver a formação de cadastro de reserva, esta cláusula será excluída.)

### **3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**3.1.** Órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS – UASG: 158137.

**3.2.** Não há órgãos participantes.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** A Ata de Registro de Preços, durante a sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 7.892/2013.



- 4.1.1.** A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade, para a Administração pública Federal, da utilização da Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido em ato da Secretaria competente no âmbito do Ministério da Economia.
- 4.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente ("Carona"), a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item constante no instrumento convocatório, registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4.** As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item nela registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 4.5.** Ao órgão não participante que aderir à Ata de Registro de Preços, competem os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas, e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em **até 90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.



**4.6.1.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, desde que solicitada pelo órgão não participante.

## **5. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de assinatura, não podendo ser prorrogada.

## **6. REVISÃO E CANCELAMENTO**

**6.1.** A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata de Registro de Preços.

**6.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

**6.3.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**6.4.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**6.4.1.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**Nota Explicativa:** Suprimir o item 6.4.1 quando inexistirem outros fornecedores classificados registrados na ata.





**6.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**6.5.1.** liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**6.5.2.** convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**6.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.7.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**6.7.1.** descumprir as condições da ata de registro de preços;

**6.7.2.** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**6.7.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**6.7.4.** sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**6.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**6.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados:

**6.9.1.** por razão de interesse público; ou

**6.9.2.** a pedido do fornecedor.



## 7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços (art. 5º, X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso em que caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, § único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste encontram-se no Edital e seus anexos
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/2013.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892/2013.



Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços foi lavrada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, que, depois de lida e achada em ordem, e assinada pelas partes.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Pouso Alegre, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação vigente.

XXXX – XX, XX de XXXX de 2021

XXXXXXXX (autoridade)

---

xxxxx (cargo)

Dados do Licitante:

Razão Social:

CNPJ:

Ass. representante: \_\_\_\_\_

Nome legível:

Função/Cargo:

CPF:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE  
SUBSCRIÇÃO DE PLATAFORMA ON-LINE**

**CONTRATO nº XX/2021**

**Pregão Eletrônico SRP nº 31/2020**

**Processo: 23343.003591.2020-43**

**MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2021, QUE ENTRE  
SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE  
MINAS GERAIS E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE SUBSCRIÇÃO DE  
PLATAFORMA ON-LINE**

**CONTRATANTE:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS, com sede no município de Pouso Alegre-MG, na Avenida Vicente Simões, 1.111, Bairro Nova Pouso Alegre, CEP 37.553-465, inscrito no CNPJ sob o nº 10.648.539/0001-05, neste ato representado pelo seu Reitor, Marcelo Bregagnoli, brasileiro, residente e domiciliado em Pouso Alegre-MG, nomeado pelo Decreto de 23 de Julho de 2018, consoante delegação de competência que lhe foi conferida; e



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

#### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

#### REITORIA

**CONTRATADA:** XXX, com sede em XXX-XX, na rua XXX, nº XXX, bairro XXX, CEP: XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXX, neste ato representada por XXXX, portador CPF nº XXXXX e Identidade RG: XXX.

Os **CONTRATANTES**, celebram o presente Contrato, tendo em vista o processo nº **23343.003591.2020-43**, têm justo e contratado, mediante as cláusulas contratuais a seguir enumeradas, sujeitando-se as partes às normas dos seguintes diplomas legais: Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 10.024/2019; Lei nº 8.666/93; IN SEGES/MPDG nº 05/2017; Decreto nº 8.538/2015; Decreto nº 9.507/2018; Lei nº 12.305/2010; Decreto nº 7.746/2012; IN SLTI/MPOG nº 01/2010; IN SEGES/MPDG nº 03/2018; IN nº 01/2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, bem como à legislação correlata, embora não citada, e demais exigências previstas no Edital e seus Anexos.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de subscrição de plataforma online, do tipo SELF SERVICE, para viabilizar a execução dos processos seletivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, com fornecimento de questões e de temas para redação, conforme o tipo de prova escolhido, dentre os tipos possíveis definidos neste documento, aplicação de provas, redações e dissertações por meios tecnológicos, correção das provas e redações, independente de local de aplicação, em qualquer dia e horário e sem restrição geográfica para participação de candidatos aos processos seletivos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO 01				
Item	Descrição	Quantidade	Valor mensal (estimado)	Valor global (estimado)
01	Processo seletivo tipo 1 - com fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	4.500	R\$	R\$
02	Processo seletivo tipo 1 - sem fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo	4.500	R\$	R\$



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

	com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS			
03	Processo seletivo 2 - com fornecimento de questões, com fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	4.000	R\$	R\$
04	Processo seletivo 2 - com fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	4.000	R\$	R\$
05	Processo seletivo tipo 3 - com fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº	1.000	R\$	R\$



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

	4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS			
06	Processo seletivo tipo 3 - sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	1.000	R\$	R\$
07	Processo seletivo tipo 4 - com fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	500	R\$	R\$
08	Processo seletivo tipo 4 - sem fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	500	R\$	R\$





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

09	Processo seletivo tipo 5 - sem fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	15.000	R\$	R\$
10	Treinamento para uso de plataforma digital para processos seletivos. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	20	R\$	R\$
<b>Valor global do Grupo 01:</b>		<b>R\$</b>		

**2. DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

**3. DO PREÇO**

- 3.1. O valor da contratação é de **R\$ ..... (.....)**, cujo desembolso sedará em conformidade com o que estatuído no Anexo I – Termo de Referência.
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados, conforme previsão no Termo de Referência, anexo do Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

**4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

Nota de Empenho:

4.2. Nos exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

**5. DO PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e seus anexos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

**6. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ ..... (.....), correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global estimado do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, observadas as condições previstas no Edital.

6.1.1. A contratada deverá optar por uma das modalidades de garantia previstas na legislação própria (Lei nº 8.666/1993, art. 56).

6.2. As condições para a prestação da garantia são as previstas no Edital da licitação.

**7. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**10. DO REAJUSTE**



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

#### **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

##### **REITORIA**

10.1. As condições para a concessão de reajuste de preços são as constantes no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11. DA RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## **12. DAS VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

#### **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

##### **REITORIA**

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, ressalvadas as permissões legais;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **13. DAS ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Nos casos em que admitida, dar-se-á em conformidade com a previsão constante no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **15. DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos contratos.

**16. DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**17. DO FORO**

17.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente ou que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93, serão processadas e julgadas na **Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção judiciária de Pouso Alegre/MG**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pouso Alegre - MG, XX de XXXX de XXXX

CONTRATANTE:

CONTRATADA:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**REITORIA**

---

Marcelo Bregagnoli

Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Reitor

xxxx

Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:

CPF:

---

Nome:

CPF:



## ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

(em papel personalizado da empresa)

Pregão Eletrônico SRP nº 31/2020

Processo: 23343.003591.2020-43

Ao **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS)**

**OBJETO:** Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de subscrição de plataforma online, do tipo SELF SERVICE, para viabilizar a execução dos processos seletivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, com fornecimento de questões e de temas para redação, conforme o tipo de prova escolhido, dentre os tipos possíveis definidos neste documento, aplicação de provas, redações e dissertações por meios tecnológicos, correção das provas e redações, independente de local de aplicação, em qualquer dia e horário e sem restrição geográfica para participação de candidatos aos processos seletivos.

Senhor Pregoeiro,

A empresa (razão social da licitante), inscrita no CNPJ nº (número do CNPJ) com sede na (endereço), por intermédio do(a) Sr(a). (nome do representante legal), que esta subscreve, portador(a) da Carteira de Identidade nº (número do RG do representante) e do CPF nº (número do CPF do representante), tendo examinado minuciosamente as normas específicas do referido Pregão Eletrônico, e após tomar conhecimento de todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, passa a formular a seguinte proposta:

GRUPO 01				
Item	Descrição	Quantidade	Valor mensal (estimado)	Valor global (estimado)
01	Processo seletivo tipo 1 - com fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem	4.500	R\$	R\$

	correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS			
02	Processo seletivo tipo 1 - sem fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	4.500	R\$	R\$
03	Processo seletivo 2 - com fornecimento de questões, com fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	4.000	R\$	R\$
04	Processo seletivo 2 - com fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	4.000	R\$	R\$
05	Processo seletivo tipo 3 - com fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	1.000	R\$	R\$

06	Processo seletivo tipo 3 - sem fornecimento de tema de redação e com correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	1.000	R\$	R\$
07	Processo seletivo tipo 4 - com fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	500	R\$	R\$
08	Processo seletivo tipo 4 - sem fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	500	R\$	R\$
09	Processo seletivo tipo 5 - sem fornecimento de questões, sem fornecimento de tema de redação e sem correção de redação. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº 4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS	15.000	R\$	R\$
10	Treinamento para uso de plataforma digital para processos seletivos. Demais requisitos para prestação do serviço são de acordo com o termo de referência TERMO Nº	20	R\$	R\$

	4/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS			
<b>Valor global do Grupo 01:</b>		<b>R\$</b>		

Declaramos, ainda:

- a-) Que os preços indicados na proposta incluem todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes;
- b-) Que conhecemos a legislação de regência desta licitação, e que os serviços serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- c-) Que o prazo de validade desta proposta é de **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

xxxxxxxxxxxxxxxxxx ( Nome do Representante Legal)

xxxxxxxxxxxxxxxxxx (Nome da Empresa)

**Dados da Empresa:**

- a) Razão Social:
- b) CNPJ/MF:
- c) Endereço (Rua, Nº, Bairro, complemento):
- d) CEP:
- e) Cidade/UF:
- f) Tel./Fax:
- g) E-mail:
- h) Banco:
- i) Agência:
- j) Conta:

**Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:**

- a) Nome:
- b) Endereço (Rua, Nº, Bairro, complemento):

c) CEP:

d) Cidade/UF:

e) CPF/MF:

f) RG/Órgão Expedidor:

g) Cargo/Função:

h) Naturalidade:

i) Nacionalidade:

j) Estado Civil:

\* Se o representante legal não for componente do quadro societário, munido de poderes de administração, deverá apresentar, juntamente com o presente modelo de proposta, o respectivo instrumento de procuração, por meio do qual se possa aferir com segurança ser ele o detentor dos poderes de representação da empresa.

## ANEXO V

### CONTRATO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Por este instrumento particular de contrato de processamento de dados, de um lado: Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Vicente Simões, nº 1111, Bairros Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre, Minas Gerais, CNPJ nº 10.648.539/0001-05, neste ato representada pelo Senhor Reitor Marcelo Bregagnoli, doravante nominada apenas CONTROLADOR DE DADOS, e do outro a (nome da empresa) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede (endereço completo) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal, (nome) \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (cargo) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrita no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, adiante nominada apenas como OPERADOR DE DADOS, têm entre si:

#### CONSIDERANDO que

1. O IFSULDEMINAS atua como um controlador de dados.
2. O IFSULDEMINAS deseja contratar determinados Serviços, que implicam o processamento de dados pessoais, ao OPERADOR.
3. As partes procuram implementar um acordo de processamento de dados que cumpra os requisitos do atual quadro jurídico em relação ao processamento de dados, em conformidade com a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e com a Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).
4. As partes desejam estabelecer seus direitos e obrigações.

#### ACORDAM O SEGUINTE:

##### 1. Objeto do contrato.

O CONTROLADOR, enquanto instituição de ensino, promoverá a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de subscrição de plataforma online, do tipo SELF SERVICE, para viabilizar a execução dos processos seletivos do IFSULDEMINAS, com aplicação de provas, redações e dissertações por meios tecnológicos, independente de local de aplicação, em qualquer local e horário e sem restrição geográfica para participação de candidatos aos processos seletivos, que exigirá processamento de dados pessoais na plataforma de Internet, de nome SOLUÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS, de titularidade e gestão do OPERADOR.

##### 2. Processamento de dados pessoais

O OPERADOR realizará o tratamento dos dados pessoais indicados no Anexo I deste contrato, para as finalidades ali definidas.

2.1 O OPERADOR compromete-se a cumprir todas as leis de proteção de dados aplicáveis no processamento de dados pessoais do CONTROLADOR e não processará outros dados pessoais além daqueles descritos nas instruções documentadas no referido anexo.

##### 3. Pessoal do operador

O operador deve tomar medidas razoáveis para garantir a confiabilidade de qualquer funcionário, agente ou contratado de qualquer operador contratado que possa ter acesso aos dados pessoais da empresa, garantindo em todos os casos que o acesso seja estritamente limitado às pessoas que precisam conhecer/acessar os dados pessoais do controlador, conforme estritamente necessário para os fins deste contrato, e cumprir as leis aplicáveis no contexto dos

deveres desse indivíduo para com o operador contratado, garantindo que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou profissionais ou obrigações legais de confidencialidade.

#### 4. Segurança

4.1 Tendo em conta o estado da arte, os custos de implementação e a natureza, escopo, contexto e finalidades do processamento, bem como o risco de probabilidade e severidade variáveis dos direitos e liberdades das pessoas físicas, o operador deverá, em relação aos dados pessoais do controlador implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir um nível de segurança adequado a esse risco, incluindo, conforme apropriado, as medidas mencionadas no artigo 50 da LGPD.

4.2 Ao avaliar o nível apropriado de segurança, o operador deve levar em consideração, em particular, os riscos apresentados pelo tratamento, em particular a partir de uma violação de dados pessoais.

#### 5. Operador terceiro.

5.1 O controlador não deve nomear (ou divulgar quaisquer dados pessoais do controlador) para qualquer operador terceiro, subcontratado, a menos que previamente exigido ou autorizado pelo IFSULDEMINAS.

#### 6. Direitos do titular dos dados

6.1 Considerando a natureza do tratamento de dados, o operador auxiliará a controlador implementando medidas técnicas e organizacionais apropriadas, na medida do possível, para o cumprimento das obrigações do IFSULDEMINAS, conforme razoavelmente entendido pelo Controlador, para responder às solicitações de exercício dos direitos dos titulares dos dados pessoais de acordo com as Leis de Proteção de Dados.

##### 6.2 O operador deve:

6.2.1 notificar imediatamente ao IFSULDEMINAS se receber uma solicitação de um titular dos dados de acordo com qualquer lei de proteção de dados em relação aos dados pessoais do controlador; e

6.2.2 garantir que não irá responder a essa solicitação, exceto nas instruções documentadas Do IFSULDEMINAS ou conforme exigido pelas leis aplicáveis às quais o operador está sujeito; nesse caso, o operador, na medida do permitido pelas leis aplicáveis, informará ao IFSULDEMINAS sobre esse requisito legal antes que responda à solicitação.

6.2.3 garantir o acesso do(s) gestor(es) responsável(is) indicados pelo Controlador que executarão o envio dos dados pessoais dos candidatos aos processos seletivos, objeto deste contrato, e que serão tratados na plataforma (nome da plataforma) \_\_\_\_\_.

#### 7. Violação de dados pessoais

7.1 O operador notificará o IFSULDEMINAS sem demora injustificada, após tomar conhecimento de uma violação de dados pessoais que afeta os dados pessoais do controlador, fornecendo ao IFSULDEMINAS informações suficientes para permitir que ela cumpra quaisquer obrigações de relatar ou informar os titulares de dados pessoais sob a LGPD.

7.2 O operador deve cooperar com o controlador e tomar medidas comerciais razoáveis, conforme as instruções do IFSULDEMINAS para auxiliar na investigação, mitigação e correção de cada violação de dados pessoais.

8. O operador apresentará relatório de impacto na proteção de dados, apresentando ao controlador e prestando assistência razoável ao IFSULDEMINAS em quaisquer avaliações de impacto na proteção de dados do controlador, e consultas prévias às autoridades de proteção de dados ou outras autoridades competentes em privacidade e proteção de dados, razoavelmente exigíveis pelas leis vigentes, levando em consideração a natureza do tratamento e das informações disponíveis.

#### 9. Exclusão ou devolução de dados pessoais

9.1 Sujeito a esta seção 9, o operador deverá prontamente e, em qualquer caso, 10 (dez) dias úteis a partir da data de cessação de qualquer serviço que envolva o tratamento de dados pessoais do controlador, PREVIAMENTE COMUNICADA PELO CONTROLADOR, excluir e obtenha a exclusão de todas as cópias desses dados.

#### 10. Direitos de auditoria

10.1 Sujeito a esta seção 10, o operador disponibilizará ao controlador, mediante solicitação, todas as informações necessárias para demonstrar a conformidade com este Contrato e permitirá e contribuirá para auditorias, incluindo inspeções, pela IFSULDEMINAS ou por um auditor mandatado pela mesma, em relação a ao tratamento dos dados pessoais do controlador pelo operador.

#### 11. Transferência de dados

11.1 O operador não pode transferir ou autorizar a transferência de Dados para fora do Brasil sem o consentimento prévio por escrito do controlador.

#### 12. Termos Gerais

12.1 Confidencialidade. Cada parte deve manter este Contrato e as informações que recebe sobre a outra parte e seus negócios em conexão com este Contrato em sigilo e não deve usar ou divulgar essas informações confidenciais sem o consentimento prévio por escrito da outra parte, exceto para e na medida em que:

- (a) a divulgação seja exigida por lei;
- (b) as informações relevantes já são de domínio público.

12.2 Avisos. Todas as notificações e comunicações fornecidas sob este contrato devem ser feitas por escrito e serão entregues pessoalmente, enviadas por correio ou enviadas por e-mail para o endereço ou endereço de e-mail indicado no cabeçalho deste Contrato em outro endereço notificado de tempos em tempos por as partes mudando de endereço.

#### 13. Foro

13.1 Qualquer disputa que surja em conexão com este contrato, que as partes não possam resolver amigavelmente, será submetida à jurisdição exclusiva da Justiça Federal, Seção Judiciária de Pouso Alegre - MG.



Pouso Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

CONTROLADOR

OPERADOR

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Anexo

O OPERADOR poderá ter acesso e, eventualmente, poderá realizar o tratamento dos seguintes dados para as finalidades abaixo indicadas:

- Gestão, operação da solução de processos seletivos: nome, email, cpf e rg do gestor e operadores do IFSULDEMINAS;
- Inscrição nos processos seletivos e apuração de resultados: nome, cpf, rg, email, telefone, número de inscrição dos candidatos
- As atividades acima de gestão e operação da solução são de responsabilidade do controlador de dados
- O operador poderá tratar os dados acima indicados para fins únicos e exclusivos de execução e melhoria do próprio serviço prestado ao controlador, recebendo, ainda, informações estatísticas referentes apenas ao consumo dos candidatos, não ao conteúdo acessado.

Além disso, o operador coletará cookies de acesso para manter gestores e operadores – nunca o estudante – autenticado na plataforma.



# Documento Digitalizado Público

## Contrato de processamento de dados em atenção à LGPD>

**Assunto:** Contrato de processamento de dados em atenção à LGPD>  
**Assinado por:** Jaime Bonamichi  
**Tipo do Documento:** Contrato  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Jaime Donizete Bonamichi, COORDENADOR - FG1 - IFSULDEMINAS - CLTI**, em 14/01/2021 09:00:24.

Este documento foi armazenado no SUAP em 14/01/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 112687

**Código de Autenticação:** 48301155df

